



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

KAIQUE COSTA DOS SANTOS

**ELES NÃO ME REPRESENTAM:
REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA
EM SERRA BRANCA-PB**

**SUMÉ - PB
2020**

KAIQUE COSTA DOS SANTOS

**ELES NÃO ME REPRESENTAM:
REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA
EM SERRA BRANCA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Dr^a.Sheylla de Kassia Silva Galvão.

**SUMÉ - PB
2020**

S237e Santos, Kaique Costa dos.

Eles não me representam: representação e representatividade política em Serra Branca - PB. / Kaique Costa dos Santos. - Sumé - PB: [s.n], 2020.

77 f.

Orientadora: Professora Dr^aSheylla de Kassia Silva Galvão.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Representação política. 2. Serra Branca – PB – Representatividade política. 3. Partidos políticos. 4. Sistema eleitoral. 5. Coeficiente eleitoral. I. Galvão Sheylla de Kassia Silva. II. Título.

CDU: 32(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

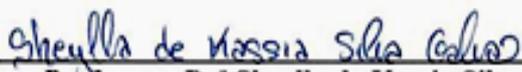
Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

KAIQUE COSTA DOS SANTOS

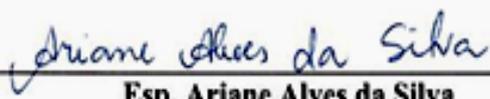
**ELES NÃO ME REPRESENTAM:
REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA
EM SERRA BRANCA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

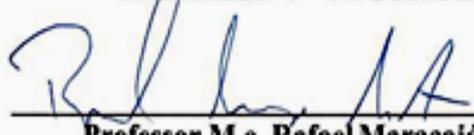
BANCA EXAMINADORA:



Professora Dr^a Sheylla de Kassia Silva Galvão
Orientadora – UACIS/CDSA/UFCG



Esp. Ariane Alves da Silva
Examinador I – PPGCS/CH/UFCG



Professor M.e. Rafael Maracajá Antonino
Examinador II – PPGCS/CH/UFCG

Trabalho aprovado em: 06 de fevereiro de 2020.

SUMÉ - PB

Com todo carinho aos meus avós maternos, Severina
Pereira e Francisco Antonio (*in memoriam*). Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao arquiteto do universo que, concedeu-me a oportunidade de encarnar neste planeta.

À minha mãe Maria José Costa dos Santos e meu pai Sebastião Sulpino dos Santos, pelo esforço de ter me proporcionado uma educação melhor, comparada à que eles não puderam ter, que mediante as dificuldades não mediram esforços para me apoiar tanto financeiramente quanto psicologicamente, nos momentos pelos quais pensei em desistir deste curso que no presente momento estou concluindo.

Aos meus irmãos e irmãs Katielli Costa dos Santos, Katiene Costa dos Santos, estas duas que me incentivaram a não desistir, me apoiando e persistindo naquilo que eu acredito até hoje.

À Katia Silene Costa dos Santos, que mesmo estando longe, contribuiu e contribui orientando-me como se guiar nos caminhos da vida, Katiana Costa dos Santos agradeço pela oportunidade que me concedeu, para trabalhar junto a ela no salão de beleza, momento este que estava preste a desistir do curso, Karlos Costa dos Santos, e Katiano Costa dos Santos, que me ajudaram e apoiaram direta ou indiretamente.

Ao amigo Edigledson Sousa de Rodrigues Dantas, pelo apoio e auxílio nos momentos que necessitei.

À minha companheira e amiga Maria Rykarya Branda dos Santos, que me ajudou nas batalhas diárias e nas discussões, sempre procurando manter-me calmo e focado neste objetivo que cumpre este ciclo, apoiando-me nos momentos de estresses e não hesitando em estar ao meu lado, a você meu muito obrigado.

As equipes de limpezas e seguranças, as equipes de coordenação e diretoria, a da biblioteca, os motoristas do Campus, como também, os que fazem o trajeto de Serra Branca para Sumé, que sempre se prontificaram dentro das possibilidades transportando, nós, estudantes para o CDSA. Aos meus colegas de curso, que contribuíram direta e indiretamente durante este percurso, além do corpo docente que auxiliou até a última aula, para que eu chegasse até aqui.

À minha orientadora, em especial, professora e amiga Dra. Sheylla de Kássia Silva Galvão, por toda a contribuição em minha trajetória, que mesmo passando por problemas pessoais e de saúde sempre se prontificou a atuar da melhor forma possível na sua área de ensino, procurando entender o lado do discente, por ter contribuído inclusive na minha orientação de conclusão se mostrando prestativa e acessível, paciente e profissional, além de se mostrar justa em suas decisões, muito obrigado.

“Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não
temeria mal algum, porque tu estás comigo”

(Salmos 23:4)

RESUMO

Representação e Representatividade são conceitos complementares, mas que se confundem quando se trata do entendimento do eleitor acerca do processo eleitoral. Grosso modo, compreendemos Representação ligada a questão numérica em que um certo quantitativo de políticos expressa as diversas categorias presentes na sociedade. Já a representatividade está ligada a expressão das ideias, das metas, da defesa dos direitos. Assim, refere-se a questão de quem está ocupando cargos políticos desempenha em sua prática política e institucional os anseios de seu eleitorado. O presente trabalho trata de analisar a questão da representação e da representatividade política no legislativo da cidade de Serra Branca-PB, especialmente ilustrando a Crise de Representatividade Política presente no sistema político brasileiro, a partir do desenvolvimento de uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo e quantitativo, com a técnica de questionários composto de perguntas abertas e fechadas aplicados a uma amostra de 1% do eleitorado da cidade de Serra Branca, o que corresponde a 100 pessoas. A análise dos dados foi realizada com o método de Rastreamento Eficiente de Processos, proposto por Schimmelfennig. Os dados obtidos apontaram para o desconhecimento do eleitor a respeito dos mecanismos constituintes do sistema político brasileiro, sobretudo sobre o processo eleitoral, bem como para a existência de práticas políticas corruptas, como o clientelismo, que desloca o eleitor de seu objetivo quando da escolha de seu representante em cargos políticos. A desvinculação entre Partido e o candidato aparece enquanto elemento distinto no momento de escolha do eleitor.

Palavras-chave: Crise de Representatividade. Representação Política. Partidos Políticos. Cariri Paraibano.

ABSTRACT

Representation and Representativeness are complementary concepts, but they are confused when it comes to the voter's understanding about the electoral process. Roughly speaking, we understand Representation linked to the numerical issue where a certain number of politicians express the different categories present in society. Besides, Representativeness is linked to the expression of ideas, goals, and the defense of rights. Thus, it refers to the question that whoever is occupying political positions, performs in his political and institutional practice the desires of his electorate. The present work deals with analyzing the issue of representation and political representativeness in the legislature from the city of Serra Branca-PB, especially illustrating the Crisis of Political Representativeness present in the Brazilian political system, based on the development of a descriptive, qualitative and quantitative search, with the questionnaire technique composed of open and closed questions applied to a sample of 1% of the electorate of the city of Serra Branca, which corresponds to 100 people. Data analysis was performed using the Efficient Process Tracking method, proposed by Schimmelfennig. The data obtained pointed to the voters' lack of knowledge about the constituent mechanisms of the Brazilian political system, especially about the electoral process, as well as to the existence of corrupt political practices, such as clientelism, which displaces the voter from his objective when choosing his representative in political office. The disconnection between the Party and the candidate appears as a distinct element when the voter is about to choose.

Key words: Representativeness Crisis. Political Representation. Political Parties. Cariri Paraibano.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PPS	Partido Popular Socialista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PC do B	Partido comunista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PR	Partido Republicano
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Sexo dos Pesquisados	41
Gráfico 2	Cor dos Pesquisados	42
Gráfico 3	Zona de Residência dos Pesquisados	43
Gráfico 4	Escolaridade dos Pesquisados	44
Gráfico 5	Você votou na última eleição	51
Gráfico 6	Candidato que você votou foi eleito?	52
Gráfico 7	Se sente representado pela atual gestão?	53
Gráfico 8	Sabe qual o papel do vereador?	56
Gráfico 9	Já o procurou o seu candidato para cobrar promessa de campanha?	57
Gráfico 10	Já o procurou seu candidato por outro motivo?	58
Gráfico 11	Você lembra das propostas do seu candidato?	59
Gráfico 12	Sabe qual o partido seu candidato pertence?	60
Gráfico 13	Sabe o que é coeficiente eleitoral?	61
Gráfico 14	Sabe o que é coeficiente partidário?	63
Gráfico 15	Você preferencialmente vota no partido ou candidato?	64
Gráfico 16	O que o leva a escolha do candidato?	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição da Idade dos Pesquisados	45
Tabela 2	Distribuição de Renda dos Pesquisados	45
Tabela 3	Distribuição de Candidatos a Vereador em Serra Branca-PB (2016)	47
Tabela 4	Distribuição dos Vereadores Eleitos em Serra Branca-PB (2016)	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos Geral.....	13
1.2	Objetivos Específicos.....	13
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1	Representação e Representatividade Política.....	15
2.2	O que é Sistema Eleitoral?.....	30
2.3	Coefficientes Eleitoral e Partidário.....	33
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
3.1	Tipo de estudo.....	38
3.2	População e Amostra.....	38
3.3	Local do Estudo.....	38
3.4	Coleta de Dados.....	38
3.5	Tratamento dos dados.....	39
3.6	Posicionamento Ético da Pesquisa.....	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
4.1	Caracterização da Amostra.....	41
4.2	Caracterização dos Dados Temáticos.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	75
	APÊNDICE B – Instrumento de Coleta de Dados.....	76

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende avaliar a denominada Crise de Representatividade, em que não se tem claramente definido, pelo eleitor, qual sua orientação política quando da escolha de representantes para ocupar cargos no Legislativo e no Executivo brasileiros.

A crise de representatividade tem sido discutida, não só no Brasil, mas em todo o mundo há algumas décadas, isto é, as formas de representação política têm sido colocadas em discussão dentro dos processos democráticos, bem como é considerada a insatisfação dos eleitores com seus representantes ou, até mesmo, com a forma que o sistema político brasileiro é conduzido por aqueles que ocupam cargos representativos.

Outro elemento presente na Crise de Representatividade é o desinteresse por parte da população, mais especificamente dos eleitores, em participarem da vida política, o que pode ser facilmente constatado ao se analisar os crescentes índices de abstenções¹ nas últimas eleições ou mesmo no comportamento de não cobrarem, de não fiscalizarem, as ações dos políticos dentro como orientação as promessas realizadas em épocas de campanhas.

Logo, para a análise deste fenômeno, este trabalho se baseou em estudos de teóricos como: Castells (2018), Limongi e Figueiredo (2002), Manin *et al.* (2006), Miguel (2000), Nicolau (2017), Silva (2014) e Welffort (2006).

Esta crise ocorre, por vezes, em decorrência do fato de que os políticos irão propor e lutar por interesses que passam longe dos interesses da população. E assim, lutar e propor interesses particulares, como aponta Manin *et al* (2006).

No Brasil, especialmente nas cidades do interior, em que os diretórios dos partidos políticos não existem ou são compartilhados entre vários municípios, é comum em épocas de eleição pessoas participarem de conversas sobre as eleições e alegarem que votam em determinado candidato, desprezando ou ignorando o partido do candidato que o eleitor depositará o voto.

Esse comportamento político indica que a população desconhece as atribuições dos Partidos Políticos ou mesmo as regras do sistema político brasileiro. Em outra perspectiva, o eleitor não sabe que para que o candidato chegue a representá-lo, tanto no Poder Legislativo

¹ Nas últimas eleições para Presidência da República foi registrado o índice de 20,3% de abstenções. Este dado significa que quase 31,3 milhões de eleitores, que estavam aptos a votar, não compareceram às urnas nas eleições de 2018. Cerca de 1/3 do total de eleitores não escolheram nenhum candidato, já que 42,1 milhões de eleitores ou não compareceram as urnas ou votaram branco ou nulo. Detalhadamente temos, 7,4% de votos nulos ou 8,6 milhões e 2,1% ou 2,4 milhões de votos em branco.

quanto no Poder Executivo, é necessário que o candidato esteja filiado a um partido, que tem como finalidade o intermédio entre a população e a política. Além disso, dos inúmeros motivos que leva os eleitores a votarem, o principal é o interesse particular, conforme bibliografia especializada aponta e a qual veremos mais detalhadamente neste trabalho.

O interesse em estudar esse tema surgiu da observação da realidade política atual e histórica brasileira, especialmente nestes últimos anos, após o Golpe de Estado que culminou com o impeachment da, então, presidente Dilma Rousseff².

Desta forma, para compreendermos o sistema político brasileiro é importante realizar estudos acerca da questão partidária. Além disso, é necessário ter subsídios para analisar a realidade local, sobretudo do Cariri Paraibano, não só como ilustração do modelo político brasileiro, mas para que os moradores da região possam ter acesso a informações situacionais da região.

Assim, é importante que se tenha informações sobre como a Crise de Representatividade dos partidos políticos engloba as cidades do interior da Paraíba, como Serra Branca, escolhida para ser o cenário de pesquisa. E, assim, possa contribuir para uma compreensão por parte da população, sobre as questões político partidária que, por vezes, no olhar do cidadão comum, estas questões não permeiam seu dia a dia, e acaba quando este deposita seu voto na urna eletrônica.

Assim a presente pesquisa formula a seguinte pergunta: Os eleitores do município de Serra Branca se sentem representados na política por quem ocupa os cargos do legislativo?

1.1 Objetivo Geral:

- Verificar se as pessoas, no município de Serra Branca, sentem-se representadas pelos partidos que as mesmas depositaram seu voto, e de que forma consiste esta representação.

1.2 Objetivos Específicos:

- Demonstrar as formas de representação partidária no contexto de Serra Branca;
- Apontar os partidos políticos de Serra Branca e suas redes de relações com as pessoas do município;

² No ano de 2016, o Brasil passou por um Golpe de Estado de forma institucional, em que o judiciário e legislativo se uniram e retiraram a presidente Dilma Rousseff da Presidência da República, por meio de um processo de impeachment ilícito, ainda que legal. O Golpe culminou com modificações na legislação brasileira e representou uma forte ameaça as instituições democráticas, especialmente as formas de participação política.

- Identificar as escolhas eleitorais nas últimas eleições municipais;
- Destacar as concepções de representações partidárias para os eleitores do município de Serra Branca.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Representação e Representatividade Política.

Representação e Representatividade são dois conceitos que, muitas vezes, são complementares, mas que se confundem quando se trata do entendimento do eleitor acerca do processo eleitoral. Grosso modo, compreendemos Representação ligada a questão numérica em que um certo quantitativo de políticos expressa as diversas categorias presentes na sociedade. Em outras palavras, por exemplo, é a relação entre o quantitativo de mulheres existente em uma dada sociedade e a percentual das mesmas que ocupam cargos políticos. Já a representatividade está ligada a expressão das ideias, das metas, da defesa dos direitos. Assim, refere-se a questão de que quem está ocupando cargos políticos desempenha em sua prática política e institucional os anseios de seu eleitorado. Embora os termos acima sejam um para referir-se a quantidade de representantes aos eleitores, e o outro para representar as ideias, tanto um quanto o outro fazem parte do processo democrático de um país.

A ideia de representação é uma das mais importantes e também mais complexas no âmbito da política. De uma maneira simples, segundo Silva (2014):

A representação pressupõe que alguém “B” irá agir em nome de outro alguém, o “A”, que deu ao “B” a prerrogativa de representá-lo. Mas mesmo nesse sentido simples ficam no ar perguntas: a representação só ocorrerá se “B” agir exatamente do jeito que “A” quer ou também haverá representação se “B” tiver liberdade para representar a vontade do “A” como achar melhor? Além disso, para que “B” represente “A” ele – “B” – deverá necessariamente ter as mesmas características (físicas, socioeconômicas, ideológicas, políticas, jurídicas...) de “A”.

Desta forma, para ocorrer a representação, é necessário que o representante tenha a liberdade e a confiança do eleitorado, além disso, lutar e representar os interesses deste. Como também possuir característica próxima do representado. (SILVA, 2014, s.p.)

Um questionamento é imprescindível com relação ao significado e a aplicação do conceito de Representação. Assim, representar significa agir em nome de alguém da forma que o representante entender ser a melhor ou o representante deve consultar seus eleitores para ter ideia de qual posição/decisão deva tomar?

Essa questão incide sobre os conceitos de Democracia, de Participação Política, de Cidadania, ampliando a questão para outros campos da política.

A representação política vive uma crise de legitimidade. Isto ocorre tanto em países como o Brasil, em que as instituições representativas foram restauradas há relativamente pouco tempo, quanto nas democracias “consolidadas” do Hemisfério Norte. Partidos tradicionais foram engolfados por escândalos de corrupção, como os democratas cristãos italianos e alemães, os socialistas franceses, italianos e espanhóis ou os liberais japoneses (MIGUEL, 2000, p. 69).

Desta forma, podemos afirmar que a crise de representação política não é exclusividade do Brasil. Esta também ocorre em países desenvolvidos, com instituições consolidadas, mencionadas anteriormente, bem como em países em desenvolvimento.

Por outro lado, segundo Castells (2018), se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam.

Muito se tem discutido sobre representação política partidária no mundo, logo, quando se fala na não representação, surgem algumas barreiras na política, como aponta Manin *et al* (2006, p.106), “representação é um tema de discussão porque os políticos têm objetivos, interesses e valores próprios, e eles sabem coisas e tomam decisões que os cidadãos não conseguem observar ou só podem monitorar com certo custo”. Ou seja, candidatos uma vez elegendos irão lutar e promover vantagens para si, como também para determinados grupos específicos, desprezando o bem comum.

A política se profissionaliza, e os políticos se tornam um grupo social que defende seus interesses comuns acima dos interesses daqueles que eles dizem representar: forma-se uma classe política, que, com honrosas exceções, transcende ideologias e cuida de seu oligopólio. (CASTELLS, 2018, p. 13).

Ora, é importante ressaltar que, no sistema político brasileiro a exemplo de muitos países, antes do político lançar-se candidato ele tem que se filiar a um partido político, e este partido possui um grupo, logo, tanto o candidato quanto o Partido tende a concordar com as normas e ideologias das quais estes estão inseridas.

Interessante notar que ninguém pode se candidatar no Brasil sem ser filiado a algum partido político, já que o sistema de representação no Brasil é feito pelos partidos políticos: em outras palavras, quando o cidadão vota, ele está votando no partido do candidato, não no candidato em si (SILVA, 2014, p. 689).

O sistema eleitoral brasileiro exige que para o cidadão coloque o nome à disposição para disputar cargos políticos, é necessário filiação com o partido, pois é este, que a princípio, o candidato vai representar.

É comum em todas as democracias haver um conjunto de eleitores que tenham preferência por algum partido, estes vínculos podem se traduzir através de militantes, que participam diretamente das atividades partidárias, ou por simpatia pela a legenda onde se traduz em votar na mesma, segundo Nicolau (2017). Assim, “o partido político é a via natural de ação política (embora longe de ser a única) e, na maior parte dos Estados, o único caminho institucionalizado pelo qual se pode buscar formalmente o acesso ao poder” (RIBEIRO *apud* SILVA, 2014, 1998, s. p.).

Por outro lado, a cultura política tem demonstrado que o comportamento dos eleitores no Brasil aponta para o fato de que boa parte da população não sabe a qual partido o candidato pertence ou não está preocupada em saber qual o partido do candidato, mas sim, das melhorias que este irá propor para o bem-estar da comunidade. “Observe-se que a representação por mandato é uma situação em que as políticas adotadas pelos representantes seguem suas plataformas eleitorais e essas políticas são as melhores para os cidadãos sob as condições observadas pelos representantes [...] a representação por mandato ocorre quando as vontades dos políticos e dos eleitores coincidem, ou quando os políticos se preocupam apenas em vencer a eleição, (MANIN *ET AL.*, 2006, s. p.).

Nos pequenos municípios observa-se que, aparentemente, os eleitores, votam preferencialmente no candidato/pessoa, não dando muita relevância a qual partido este representa. Porém, segundo Silva (2014), o eleitor não vota no candidato somente, mas sim, no partido. Pois este voto antes de seguir para o candidato, passa pelo partido pelo qual o mesmo pertence.

A vaga pertence ao partido, não ao parlamentar, pois o cidadão vota primeiramente no partido, não no candidato. Quando o cidadão está na urna, suponha que ele queira votar em um candidato a deputado federal de número 9876. Os dois primeiros números (98) correspondem ao número do partido ao qual o candidato é filiado. Assim, se o cidadão digitar 98 e em seguida apertar o botão “confirma” ele terá votado no partido, não no candidato. E mesmo que o cidadão digite o número completo estará votando em primeiro lugar no partido do candidato e só depois seu voto será contado diretamente ao candidato, cujo número de registro corresponde aos dois últimos números, no caso 76 [...] Muitas vezes, inclusive, o cidadão nem gosta do partido “A” e não quer ver este partido no poder, mas gosta do candidato “X” que é filiado ao partido “A”. Aí o cidadão “vota no candidato” e, sem saber, colabora com seu voto para o partido “A”, ajudando-o a eleger outros candidatos. Desta forma, não seria plausível permitir que o parlamentar, eleito por um quociente eleitoral vinculado ao seu partido (SILVA, 2014, s. p.).

Para tanto, segundo Silva (2014), votamos no partido político e não no candidato que se apresenta como tal para a população. É o entendimento desta particularidade – votamos no partido – que sustenta, e ao mesmo tempo explica todos os desdobramentos que o sistema proporcional causa ao nosso país, conforme será mostrado adiante.

A constante troca de partido por parte dos políticos, a exemplo do atual Presidente da República, que não só mudou de partido para se lançar a candidatura para presidente, mudou novamente já eleito e agora tenta fundar seu próprio partido, dá a impressão de que o eleitor acompanha o candidato, mas a questão é que o candidato não se elege sem a vinculação a um partido e tampouco os votos são computados para o candidato, já que para isso é necessário a aplicação do Coeficientes Partidário, como no caso do Brasil.

É importante salientar que, segundo Limongi e Figueiredo (2002), os argumentos baseados na dicotomia voto pessoal/voto partidário assumem a existência de um *trade-off*³ entre estas duas alternativas. No entanto, onde a legislação prevê a transferência de votos no interior da lista, como é o caso por definição de Sistemas Proporcionais com Lista Aberta⁴, votos pessoais e partidários são complementares e dificilmente distinguíveis.

Em termos ideais, o fundamento da representação ou do governo representativo é que o representante deve agir de acordo com a vontade do povo, pois este foi eleito para representá-lo. Desta forma, ele tem que lutar por interesses do bem comum, em que o povo se sinta satisfeito com tal representação. Por outro lado, estes mesmos representantes possuem o

³ Em tradução livre *Trade-Off* é um termo que define uma situação em que há conflito de escolha.

⁴ “Lista Aberta: Modelo de representação proporcional em que as cadeiras obtidas por determinado partido ou coligação são atribuídas aos candidatos mais votados”. In: NICOLAU, Jairo Marconi. **Representantes de quem?: os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

poder de agir conforme julgue ser melhor para a população, porém ainda representando os anseios do povo.

O representante deve agir conforme “a vontade do povo”, no sentido de sua representação ser do tipo delegada. Ao mesmo tempo, os representantes têm margem de manobra para agirem conforme considerarem melhor, dentro de certos limites que também representariam “a vontade do povo”. Por fim, até certo ponto os representantes, ao menos no âmbito da Câmara dos Deputados, representam a diversidade do povo brasileiro – o que é visto pelo fato de que cada unidade da federação elege um número de deputados que corresponde, aproximadamente, à proporção de sua população frente à população total do Brasil, (Silva, 2014, s. p.).

A ideia de representação para Stuart Mill (1968), ocorre onde o governante governa em prol do bem comum, fazendo funcionar as instituições, como as leis, que sendo boas se mantêm, e sendo más serão reformuladas, desta forma, permitindo o acesso da população no governo.

As leis boas seriam estabelecidas e aplicadas, as leis más seriam refeitas; os melhores homens seriam empossados em todos os cargos públicos seriam tão leve e judiciosamente impostos, cada setor da administração seria tão pura e inteligentemente conduzido quanto o permitissem as circunstâncias do país e o seu grau de refinamento intelectual (MILL, *apud*. WEFFORT, 1968, p. 202-18)

De acordo com Castells (2018), em países europeus onde as democracias são consolidadas, ocorre que parte da população não se sente representada, e os representantes, ao invés de lutar para representar a população, buscam o interesse próprio.

É o que está acontecendo na Espanha, na Europa e em grande parte do mundo. Mas de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos. Na percepção dos quase unânime dos cidadãos, a pior profissão que existe é a de político. (CASTELLS, 2018, p. 14)

Os candidatos uma vez eleitos, irão promover vantagens particulares ou até mesmo de grupos específicos, desprezando o bem comum, como aponta Manin *et al* (2006, p. 112). “Mesmo se uma vez no cargo, os políticos possam não querer fazer nada a não ser atuar a

serviço do interesse público. [...] Uma vez eleitos, podem querer dedicar-se aos seus objetivos pessoais ou a alguns interesses públicos que diferem daqueles dos cidadãos”.

A representação e a representatividade não se referem, apenas, as questões depois da eleição. Em outras palavras não se referem, somente, à atuação do candidato depois de eleito. Mas, sobretudo, ao processo de escolha/eleição do candidato, à atuação e atitude do candidato no processo eleitoral. Isso também indica que tipo de atuação o candidato terá quando eleito.

[...] A verificação do grau de representatividade dos representantes não se limita à análise do tipo de representação exercida: é de fundamental importância que se verifique também como os representantes se tornam representantes. Em um sistema de partido único como a China existem representantes eleitos, mas eles efetivamente não representam o povo porque este não tem liberdade de escolha. (SILVA, 2014, s. p.)

Ao falar sobre grau de representatividade, é importante salientar que em países como a exemplo da China, a representação não ocorre e quando ocorre, é por via do partido, pois neste país impera o unipartidaríssimo. Desta forma, os representantes não se tornam representantes através do voto, mas através de nomeações, logo não representam o povo, por não possuírem esta liberdade.

A representação deveria ser um sistema legitimamente e de caráter político e deveria ainda os representados, isto é, o povo a ditar as regras de representação e não o representante. Deste modo, “em síntese, a representação política poderia ser definida como um sistema institucionalizado de responsabilidade política, realizada através da designação eleitoral livre de certos organismos políticos fundamentais (o mais das vezes, os parlamentos).” (BOBBIO *apud* SILVA, 2014, 1998, p. 1105).

Por outro lado, é importante que os representantes divulguem suas ações, mostrando suas atitudes diante do seu eleitorado, como também buscar orientações destes na forma de como devem agir, logo, procurando saber as deficiências e as necessidades da população.

Cabe ainda aos representantes tornar públicas suas ações de maneira a serem compreensíveis ao povo; este, por sua vez, deve deixar o mais claro possível o que quer aos seus representantes. Para que essa via de mão dupla se concretize é necessário ir além dos canais institucionais, analisando-se também elementos socioeconômicos que interferem nessa relação entre representante e representado (SILVA, 2014, p. 1885).

Podemos comparar os partidos com as facções, que para Madison (1788), estas são partidos que lutam por interesses específicos de determinados grupos. Sendo assim, não lutando pelo bem comum, que é o que a maioria deseja. Com isso, travando o governo.

Sob um território mais extenso e com um número maior de cidadãos cresce o número de interesses em conflito, de tal sorte que ou não existe um interesse que reina a maioria dos cidadãos, ou, na pior das hipóteses, será difícil que se organize para agir. Ou seja, através da multiplicação das facções chega-se à sua neutralização recíproca, tornando impossível o controle exclusivo do poder por uma facção. Impede-se, assim, que qualquer interesse particular tenha condições de suprimir a liberdade (WEFFORT, 2006, p. 254).

Os eleitores tem conhecimento que uma vez eleito, o representante tende a realizar desejos pessoais. Sem se preocupar com eventual punição por parte dos eleitores. Logo, estes tendem a adivinhar quais os partidos e candidatos concorrentes tem preferência por políticas que coincidam com as da população.

Os eleitores sabem que, uma vez eleito, o representante sempre fará qualquer coisa que deseje. Sem a punição de votar novamente, os eleitores precisam adivinhar quais partidos ou candidatos concorrentes têm preferências de políticas que coincidem com as deles e quais são impenetráveis à corrupção dominante no cargo [...] se os políticos tiveram preferência por políticas distintas daquelas dos eleitores decisivos, eles irão se afastar das políticas anunciadas; se eles perseguirem benefícios próprios, tirarão proveito ou rendas do cargo [...], além disso, para serem eleitos os políticos podem ter que fazer promessas a interesses específicos. (MANIN *ET AL*, 2006, p. 112)

Na esperança de que elegendo candidatos para mudar a realidade, na forma de representação, durante as eleições estes promovem grandes investimentos para poder obter a maior parte dos votos e vencer as eleições, isto é, investimentos como compra de votos, concedendo favores em que resultarão na obtenção de votos dos eleitores. No entanto, após ganharem, formam grupos políticos que irão lutar por interesses direcionados a eles próprios, desprezando o eleitorado que outrora depositam esperança através do voto, afim de que os representantes possam mudar a realidade e representá-los. Diante da não representação, coloca-se em suspenso a legitimidade dos representantes.

Mesmo assim os cidadãos votam, elegem e até se mobilizam e se entusiasmam por aqueles em que depositam esperanças, mudando volta, e meia quando a esperança supera o medo de mudança, que é a tática

emocional básica na manutenção do poder político. Mas a recorrente frustração dessas esperanças vai erodindo a legitimidade, ao mesmo tempo que a resignação vai sendo substituída pela indignação quando surge o insuportável. Quando em meio a uma crise econômica, bancos fraudulentos são salvos com o dinheiro dos contribuintes, enquanto são reduzidos serviços básicos para a vida das pessoas. (CASTELLS, 2018, p. 13-14).

Por outro lado, é importante destacar, segundo Manin *et al* (2006), que não existe uma lei vigente em nenhuma legislação que obrigue os políticos atuar literalmente pelos interesses da população. Ou seja, depois de eleito o político ele representa caso ele deseje. É elementar que este represente interesses particulares, pois desta forma é garantida a sua reeleição. Para tanto não só este grupo são capazes de eleger um candidato. Porém ocorre o financiamento das campanhas. E o que não seria um financiamento sutil as promessas, com base nas plataformas (MANIN *ET AL*, 2006, s. p.).

Porém, uma maneira de penalizar os governantes que não seguirem suas promessas, seria não os reelegerem. Logo, os períodos eleitorais são de grande valia para o eleitorado, pois é neste que os mesmos podem renovar a classe política da qual irão representa- lós, divergindo do que os anteriores não fizeram. Como também, prolongar mandatos políticos, através de reeleições, dos que exerceram o mandato em prol do bem comum.

Manin *et al* (2006) Logo, “somente nas eleições pode-se julgar a conduta dos governantes. Se eventualmente este governou com o propósito do Bem-Estar da comunidade será reeleito, além disso, se as propostas deste representa os anseios da população”.

Desta forma, será cobrada a conduta mediante a tentativa de reeleição por parte do político, onde a população terá a escolha de não o reeleger. Para tanto, “presumivelmente, as eleições estabelecem um calendário para um acerto de contas; portanto, os cidadãos podem querer dar aos governantes alguma liberdade para governa e avaliar as ações dos líderes nas épocas de eleições. (MANIN *ET AL*, 2006, s. p.).

Embora essa garantia de que o governante cumpra suas promessas de campanha não seja expressada em lei, há leis que permitem ao cidadão a fiscalização dos atos dos seus representantes. A *Accountability* permite que o cidadão ou a sociedade, em geral, possa acompanhar, fiscalizar e intervir sobre as ações dos governantes.

Dentro dessa lógica, a perspectiva de accountability eleitoral defende que a democracia, supostamente, tende a produzir governos controlados e responsivos à população, cujos partidos políticos atuam como atores centrais, dentro de processo eleitoral livre, justo e frequente. As eleições, assim, possuem como função central propiciar aos cidadãos um momento

para realizarem a avaliação dos governantes (POWELL, 2000; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999 *apud* CAVALCANTE, 2015, p.90).

Por outro lado, mesmo que encontrem partidos ou candidatos que coincidem a políticas esperadas pelos eleitores, isso não justifica que os políticos irão fazer. No entanto, a respeito da *Accountability* podemos tecer dois comentários. Primeiro, que cada vez mais os governos democráticos se utilizam de mecanismos de transparência para dar acesso ao cidadão às ações do governo e fornecer as informações necessárias para esclarecer adequadamente a sociedade, especialmente acerca do uso do dinheiro público. Segundo, em países como o Brasil essa transparência não seduz o eleitor, que segue avesso a possibilidade de acompanhar o desempenho do candidato que elegeu ou de se envolver em questões mais gerais. O particularismo é uma das características do comportamento político do brasileiro.

Os eleitores sabem que, uma vez eleito, o representante fará qualquer coisa que deseje. Sem a punição de votar novamente, os eleitores precisam adivinhar quais partidos ou candidatos concorrentes têm preferências de políticas que coincidem com as deles e quais são impenetráveis à corrupção dominante no cargo. (MANIN *ET AL*, 2006, s. p.).

É importante destacar que para ocorrer a representação se faz necessário que haja uma ligação entre candidato e eleitorado. Logo, caso não aconteça esta ligação, não deve ocorrer a representação. Esta forma, esta não se legitima no ato de votar, mas sim, ser eleito e ser eleitor. Sendo assim, segundo Silva (2014):

A representação política, para existir, precisa de vínculo entre eleitor e eleito. Se esse vínculo não existir não se pode falar em representação. Por sua vez, tal vínculo não se sintetiza no ato do indivíduo votar – talvez não seja nem mesmo possível afirmar que eleições criem algum tipo de vínculo entre eleito e eleitor porque, por mais que eu vote no candidato “A”, eu nunca terei a certeza, no momento da eleição, de que ele virá a ser eleito, e também porque para que ele seja eleito serão necessários vários outros milhares ou até milhões de votos, não apenas o meu. (SILVA, 2014, p.1895)

A representação política não se atém a um único indivíduo, mas a um conjunto deles, considerando a vontade da maioria que o elegeu. Para Tocqueville (1961), a representação não está nas mãos de uma única pessoa, mas sim de todos os indivíduos, de um povo ou nação. “Considero ímpia a máxima de que, em matéria de governo, a maioria de um povo tem o direito de fazer tudo e, no entanto, atribuo às vontades da maioria a origem de todos os poderes”. (TOQUEVILLE, 1961 *apud* WEFFORT, 2006 p. XLIII - 172)

Embora a maioria que descida uma eleição, não represente a vontade fidedigna da população, pois esta maioria não representa o todo. Porém, apenas por questões de quantidade de elementos que se forma uma opinião conjunta. Logo, o povo não gosta de participar do governo, aponta Weffort (2006). É difícil fazer o povo gostar de participar do governo e é mais difícil ainda fornecer-lhe a experiência e os sentimentos que lhe faltam para governar bem, especialmente em países que passaram por governos ditatoriais ou absolutistas.

A falta de conhecimento básico sobre política, coloca boa parte da população brasileira à mercê dos políticos, pois geralmente com pouco tempo após um pleito eleitoral, ao questionar quais candidatos eles votaram, poucos eleitores lembram destes. Logo, fica evidente quando as disputas são para os cargos do poder legislativo.

É de conhecimento público que a sociedade brasileira não tem, de maneira geral, uma cultura de participação política. Sempre é perguntado aos alunos quantos se lembram em quem votaram na última eleição para presidente e depois para governador, que por serem cargos majoritários são aqueles que geralmente são os mais lembrados. Mas ao perguntar se se lembram em quem votaram para senador, para deputado federal e para deputado distrital (aqui no Distrito Federal), poucos são os alunos que se lembram dos nomes (SILVA, 2014. S. p.).

O único governo que pode satisfazer plenamente todas as exigências do Estado social é aquele no qual todo o povo participa; que toda a participação, mesmo na menor das funções públicas, é útil; que a participação deverá ser, em toda parte, tão ampla quanto o permitir o grau geral de desenvolvimento da comunidade [...] Mas como, nas comunidades que excedem as proporções de um pequeno vilarejo, é impossível a participação pessoal de todos, a não ser numa parcela muito pequena dos negócios públicos, o tipo ideal de um governo perfeito só pode ser o representativo. (STUART MILL, 1968 *apud* WEFFORT, 2006, p. 202-18)

Em países democráticos a representação se dar de forma direta, com a participação do povo, como também, indiretamente, elegendo representantes que irão defender a vontade desse mesmo povo. Além disso, todos os direitos dos cidadãos são assegurados, tanto a maioria quanto a minoria. Porém, isso não ocorre quando a democracia passar a ser tirania da maioria, onde a vontade da maioria prevalece sobre a minoria. No entanto, a maioria quem dita as regras, por acreditar ser legítimo, tais ações que ocorreram por decisão dela, regras não são colocadas na mão de um único indivíduo “governante”, mas, no povo. Pois é a maioria que irá criar as leis, através da eleição do parlamento. Logo, estas leis irão beneficiar a vontade da maioria.

Quando um homem ou partido sofre uma injustiça nos Estados Unidos, a quem quereis que ele se dirija? À opinião pública? Mas é ela quem forma a maioria. Ao corpo legislativo? Ele representa a maioria e a obedece cegamente. Ao poder executivo? Ele é nomeado pela maioria e lhe serve de instrumento passivo. À força pública a não é outra coisa senão a maioria armada. Ao júri? O júri é a maioria investida do direito de pronunciar as sentenças: os próprios juizes, em certos Estados, são eleitos pela maioria. Por injusta ou irracional que seja a medida que vos atinja, é preciso, no entanto vos submeter a ela. (TOQUEVILLE, 1961 *apud* WEFFORT, 2006, P. XLIII-339)

Representação por prestação de contas ocorre quando (i) os eleitores votam para reterem os representantes somente quando eles agem em favor do interesse dos primeiros, e (ii) o representante escolhe políticas necessárias para ser reeleito, segundo Manin *et al.* (2006). Logo, uma pequena parcela dos políticos ao adentrarem no poder público, atuam em defesa dos interesses da população, porém, podemos observar que muitos outros utilizam a máquina pública para enriquecer e se destacar mediante os seus companheiros de partidos.

Para Stuart Mill (1968), o governo ideal é aquele que consiste em atuar na sua função com o apoio da população para que esta o ajude a propor e a fazer melhorias para o bem da população. “Não há nenhuma dificuldade em demonstrar que a forma ideal de governo é aquela na qual a soberania, ou o poder supremo de controle em última instância, cabe o direito a todo o agregado da comunidade” (STUART MILL, 1968 *apud* WEFFORT, 2006, p. 202-18)

Um governo representativo não se faz tão somente deste, mas sim, de um conjunto de fatores e pessoas ativas e preocupadas com a atuação do governante. Como também de pessoas passivas, que esperam tudo do gestor, e aceitam que este tome suas próprias decisões sem ao menos os consultar.

Alguns podem se importar mais em crescer na carreira contra outros políticos, dentro do governo ou do mesmo partido. De maneira que possa investir em sua carreira política e numa próxima eleição, possa utilizar de mecanismo de compra de votos. (MANIN, 2006, s. p.).

Nos municípios do interior do Brasil existe uma política muito forte voltada ao clientelismo, especialmente no município de Serra Branca, onde o clientelismo é uma das características do comportamento dos eleitores, que vendem seu voto por certos favores financeiros ou algo que seja vantajoso a curto prazo, como a promessa de um emprego na prefeitura, por exemplo. Ou ainda vantagens que o poder público possa fornecer através de

políticas públicas. “Se você nos der pelo menos isso, nós votaremos em você; caso contrário, não” (MANIN *et al.*, 2006).

Os modelos eleitorais de prestação de contas normalmente assumem que, enquanto os eleitores não conhecem aquilo que precisariam saber para avaliar os governos, os representantes sabem o que precisam fazer para serem reeleitos, [...] Contudo, nós não fazemos isso, e não o fazemos porque queremos que os governantes façam tudo o que puderem por nós, mais do que simplesmente satisfazer nossas demandas mínimas, aponta. (MANIN, 2006, s. p.).

É importante salientar que no Brasil, quando se fala em não representação proporcional entra em evidência a Câmara dos Deputados, haja vista que poucas são as representações de mulheres, negros, indígenas e da comunidade LGBTQ+ nestes espaços.

A ideia de não representatividade da Câmara dos Deputados surgiu de diversas maneiras. Numa perspectiva demográfica, ficou evidente como é reduzido o número de mulheres, trabalhadores não brancos entre os deputados. Uma visão elitista enfatizou e despreparou e a falta de qualificações dos representantes”. (NICOLAU, 2017 p.14)

Uma maneira de avaliar a forma que o gestor se comportou é através das eleições com o voto retrospectivo, que pode fornecer subsídios aos eleitores para a tomada de decisão a respeito das candidaturas. No entanto, atente-se para o fato de que o clientelismo ainda é a tônica dos processos eleitorais. Assim, mesmo que o eleitor saiba dos atos corruptos e ilícitos praticados pelo(s) candidato(s) sua decisão se baseará, na maioria dos casos, em benefícios pessoais à curto prazo.

Somente um eleitor desvinculado da necessidade ou costume de obter ganhos pessoais no processo eleitoral poderá se utilizar do voto retrospectivo, especialmente aqueles que pensam no bem comum e que cultivam um projeto de nação, o que parece não ser o caso brasileiro salvo raras exceções.

Assim, os eleitores que usam seu voto prospectivamente têm boas razões para basear-se na informação retrospectiva. Harrington (1993b) demonstra que quanto mais incerteza têm os eleitores sobre os resultados de políticas públicas, mais deveriam basear-se em informações sobre o desempenho anterior. (HARRINGTON, 1993b *apud* MANIN *ET AL.*, 2006, p .127).

Por outro lado, segundo MILL (1968) o despotismo, o governante irá governar em benefício próprio. Neste tipo de governo todos os indivíduos e o estado deverão servir diretamente e exclusivamente ao déspota.

Um bom despotismo significa um governo no qual, no que depender do déspota, não haja nenhuma opressão positiva por parte dos funcionários do Estado, mas no qual todos os interesses coletivos do povo sejam por eles administrados, bem como todo pensamento relativo a tais interesses seja por eles concebido, e no qual as mentes do povo são condicionadas, com o seu consentimento, por esta abdicação de suas próprias energias. Deixar as coisas com o governo, tal como deixá-las à Providência, é sinônimo de não se importar com elas e aceitar os seus resultados, quando desagradáveis, como caprichos da natureza [...]. (STUART MILL, *apud* WEFFORT, 1968, p. 202-18)

O Brasil adota o sistema proporcional de lista aberta para o legislativo, logo este sistema permite que os eleitores votem no candidato (voto nominal). Para tanto o território brasileiro, por ser dividido em 26 estados e 1 Distrito Federal, permite que todos tenha suas respectivas representações na Câmara dos Deputados. Assim, há estados que possuem um conglomerado de habitantes mais que outros, a exemplo de São Paulo. Os estados que possuem um maior índice demográfico apresentam maior representação no Congresso Nacional que, no caso de São Paulo, chega a ser de 70 representantes. Porém, existem estados que dispõem de 8 representantes a exemplo de Roraima.

Para Nicolau (2017), o número de representantes de cada estado na Câmara dos Deputados, atualmente, segue as normas definidas pela constituição de 1988, em que os estados devem ter representação proporcional à sua população. Contudo, nenhum estado pode ter menos de oito ou mais de setenta deputados. Desta forma, ocorre grande representação em uns estados da Regiões Sudeste e uma pequena representação dos estados das Regiões Norte e Nordeste.

A disparidade de representação e, conseqüentemente de representatividade, associadas à formação política deficitária do brasileiro são elementos a se considerar ao refletirmos a respeito da questão da representatividade.

Assim, a denominada Crise de Representatividade não surgiu de uma hora para a outra, principalmente no Brasil. Ela origina-se no século XIX, com a alternância dos partidos Liberal e Conservador no poder.

De fato, a maioria das análises que tentam explicar o voto popular em 1989 enfatizam a percepção social da profunda crise moral e política que, desde o início da Nova República, tem afetado tanto a imagem dos políticos, como o funcionamento das instituições do nascente regime democrático brasileiro. Para parcelas cada vez mais amplas da opinião pública, a malversação dos fundos públicos, os escândalos envolvendo autoridades do governo e dos legisladores, as práticas de clientelismo e de prebendalismo, as dificuldades que impedem a participação dos cidadãos – tudo aparece, senão como a principal causa, como aspectos fortemente relacionados com a maior parte dos problemas que afetam a vida da população (miséria, inflação, desemprego, etc). (MOISÉS, 1990, p. 134).

A falta de cobrança e conhecimentos básicos acerca da política, como já mencionado anteriormente, são fatores que se destacam, pois a população não utiliza-se de conhecimentos básicos, a exemplo de não saber a forma que se dar a contagem dos votos, isto é, coeficiente eleitoral, e/ou partidário, como destaca Nicolau (2017).

Compartilhando as concepções presentes na obra “O federalista” serão realizadas as análises da realidade política serra-branquense, sobretudo no que diz respeito à abordagem sobre os partidos e a atuação destes enquanto facções, lutando por interesses particulares, distintos do restante da população.

A formação política deficitária do brasileiro, seu pouco entendimento sobre os mecanismos que compõe a esfera democrática e participativa, bem como o processo eleitoral faz com ambiguidades apareçam a respeito do sistema político brasileiro. Um exemplo disto são os dados obtidos nesta pesquisa que apontam para o fato de que, nas cidades do interior a exemplo de Serra Branca, o partido político não tem muita relevância, mas sim o candidato, de forma que os eleitores votam na pessoa/candidato e não no partido. Porém, de acordo com Silva (2014), as pessoas votam no partido e não no candidato, pois o número pertence ao partido e não ao candidato. Estas distinções aparecem devido a incompreensão ou deficiência de compreensão acerca do processo eleitoral, sobretudo em regiões, como o Cariri Paraibano, em que prevalece práticas como o familismo, o clientelismo, o nepotismo, ancoradas na tradição coronelista, outrora existente.

Segundo Afonso Arinos (1982), o sistema partidário surge no Brasil, ainda no regime Imperial, através da constituição de 1824, que mais tarde seria reformada em 1834, e posteriormente em 1840, com a reformulação dar-se a criação dos partidos políticos do segundo reinado sobre a tutela de Dom Pedro II. Os primeiros partidos a serem criados são o Partido Liberal e o Partido Conservador, que se alternavam no poder. Porém, estes só poderiam se alternar mediante o aval do Imperador. É importante ressaltar que durante o

processo de bipartidarismo, ainda que durante o regime monárquico, não havia representação partidária por parte dos partidos políticos, mas sim eles representavam o “grupo social” que o Imperador ordenasse.

O bipartidarismo, mesmo se alternando no poder através da vontade do Imperador, era a única forma de representação partidária durante a monarquia, como aponta Otávio Mendonça. Em 1870, com o surgimento do partido republicano, que pendurou até 1889 com a Proclamação da República, altera o dualismo partidário. Após a ruptura com a monarquia através da Proclamação da República realizada pelos militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, evento este denominado República da Espada. Após este, houve uma fragmentação partidária, a criação de partidos estaduais e as eleições de forma distrital e sem voto secreto.

Fazendo uma análise desde o surgimento dos partidos políticos até os dias atuais, observamos que sempre houve uma Crise de Representatividade política por parte dos partidos, que mesmo no período Imperial, com a alternância dos partidos Liberal e Conservador no poder, com o consentimento do imperador, esta representação ocorria para uma determinada classe social, ou um grupo social, e não todas as pessoas daquele contexto. Desta forma, mesmo após a fragmentação partidária que ocorre com a criação do Partido Republicano, ainda consistirá a crise, ou seja, no sistema partidário brasileiro sempre vai correr crises de representação partidária, pois boa parte dos partidos sempre irão buscar seus próprios interesses e interesses de determinados grupos.

A crise de representação política tem sido caracterizada como um fenômeno mundial, colocando em dúvida a legitimidade dos partidos políticos, enquanto agentes de representação de interesses, em corresponder efetivamente às demandas societárias. Num contexto marcado pela emergência de novas formas alternativas de participação política, além de mudanças estruturais nas economias capitalistas, o aumento do descrédito dos cidadãos para com as instituições representativas se tornou uma realidade não apenas em Estados periféricos. (VIANA, 2015, s.p.)

A Crise de Representatividade também nos remete à Crise de Representação de ideias, haja vista que são sinônimos. Ideias se referem não apenas a noções individuais a respeito do mundo social, mas, sobretudo a noções de mundo compartilhadas entre sujeitos, grupos e, em se tratando de política institucional, categorias. O que nos impulsiona a refletir sobre as novas formas de fazer política e as práticas tradicionais de política que vigoram no Brasil.

Desta forma, passamos ao ponto seguinte em que trataremos de elementos importante na composição do sistema eleitoral brasileiro, considerando que a compreensão destes

elementos por parte do eleitor pode modificar a forma como a política brasileira é conduzida e executada por seus participantes (políticos/candidatos e eleitores/cidadãos).

2.2 O que é Sistema Eleitoral?

Segundo Nicolau (2012), o sistema eleitoral é um conjunto de normas que define como o eleitor poderá fazer suas escolhas e como os votos serão contabilizados em mandato. Ou seja, um conjunto de fatores para que ocorra corretamente.

Podemos entender que o sistema eleitoral é um método legítimo de escolha de representantes através de eleições periódicas com validade de quatro em quatro anos no Brasil, de acordo com Silva (2014):

Pode-se entender o método juridicamente válido para a eleição dos representantes do povo. Em outras palavras, um sistema eleitoral é o mecanismo que “traduz” os votos dados pelo cidadão em mandatos; é a forma pela qual os votos se transformam em mandatos eletivos [...] No âmbito dos sistemas eleitorais é necessário ter em mente de que não apenas as regras estabelecidas para as eleições interferem no resultado eleitoral, mas também o tipo de voto: o válido, o em branco e o nulo. (SILVA, 2014, s. p)

Numa eleição, tanto os votos nulos quanto os votos em brancos são descartados, ou seja, não irão beneficiar nenhum candidato, como aponta Nicolau (2017, p. 24). Para fins de distribuições, são considerados apenas os votos em candidatos e partidos, os chamados votos válidos. Ou seja, os votos nulos e em branco são eliminados e não serão utilizados nos passos subsequentes da distribuição de cadeiras. Portanto, escolher uma destas duas opções é equivalente a não ter ido votar, é jogar o voto fora.

É importante salientar que a população tem pouco conhecimento sobre as regras eleitorais de seus países, a exemplo do Brasil, onde uma parcela da população não se importa por estes temas, já que a corrupção associada ao sistema político tende a afastar as pessoas do mesmo.

De acordo com Nicolau (2012):

Não é frequente que um eleitor comum conheça as minúcias técnicas do sistema eleitoral adotado no seu país. São poucos os cidadãos brasileiros que sabem o que é e como se calcula o coeficiente eleitoral empregado para definir com quantas cadeiras cada partido ficará nas eleições para o legislativo. (NICOLAU, 2012, p.10).

No mundo existem vários sistemas eleitorais, dentro destes existem o sistema majoritário e o sistema proporcional. Que por outro lado é veiculado pela mídia como sistema “distrital” que se torna errado, pois a expressão correta seria “sistema majoritário por distritos” que corresponderia à junção dos dois tipos de sistemas acima, conforme destacou Silva (2014).

No Brasil adota-se os sistemas majoritários e proporcional. O sistema majoritário serve para realização das eleições para o Executivo e parte do Legislativo, assim, por este sistema, são eleitos os prefeitos e vice-prefeitos, governadores e vice-governadores, presidentes e vice-presidente e senadores com seus suplentes. Este sistema também chamado sistema majoritário de dois turnos, já que se os candidatos a prefeito, governador e presidente, no pleito de uma eleição não atingirem no primeiro turno 50% +1 dos votos válidos, ou seja, tirando os votos nulos e os brancos, irão para segundo turno com o segundo mais votado.

Já o sistema proporcional é responsável por orientar a eleição dos deputados federais, dos deputados estaduais, dos deputados distritais e dos vereadores, conforme a contagem de votos válidos, além disso existem os sistemas majoritários de dois turnos, segundo análise de Silva (2014).

Sistema majoritário simples: é aquele sistema no qual está eleito o candidato que obtiver mais votos do total de votos válidos, ou seja, aquele que obtiver a maior votação independentemente da porcentagem que isto represente sobre o total de votos válidos; Sistema majoritário absoluto (ou de dois turnos): é aquele sistema no qual está eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos, ou seja, aquele que obrigatoriamente obtiver 50% + 1 dos votos válidos. (SILVA, 2014, s. p.).

O sistema majoritário de dois turnos, é utilizado nas eleições do Poder Executivo, tanto para presidentes, governadores e prefeitos das cidades acima de 200 mil habitantes. Para cidades com menos de 200 mil habitantes é adotado o sistema majoritário simples, em que o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos vencerá as eleições. A diferença é que é exigido um percentual mínimo para que o candidato seja eleito no primeiro turno, como contrário a disputa seguirá para o segundo turno com os dois candidatos mais votados. Entretanto, existem países que mais de dois candidatos podem concorrer ao segundo turno, como aponta Nicolau (2012).

Em seus escritos, Nicolau (2012) mostra que nas disputas para os cargos do Legislativo, no Brasil, é adotado o Sistema Proporcional de Lista Aberta, em que os eleitores

depositam o voto diretamente no candidato, escolhendo seus representantes. Desta forma, este define se os candidatos irão ocupar as cadeiras do Legislativo. No entanto, cada partido lança uma lista de nomes de candidatos, para que estes possam ser votados pelos eleitores, de forma que os votos, de acordo com as listas, definirão quantas cadeiras cada partido obterá. Sendo assim cada cadeira, deverá ser ocupada pelos mais votados da lista.

No entanto, o sistema proporcional de lista aberta não é tão simples assim. Existem efeitos negativos neste modelo. O principal é o estímulo a competitividade entre os candidatos de um mesmo partido. Outro elemento é o fato de que os candidatos mais antigos na política ou com mais poder de persuasão ou oferta clientelista saí a frente de um político iniciante.

A identificação dos efeitos negativos da lista aberta enfatiza ainda o fato de esta estimular a competição intrapartidária, o que poderia minar a solidariedade entre os candidatos de uma mesma legenda [...] Onde se adota a lista aberta, a sorte do candidato depende dos votos conseguidos por ele mesmo. Distinguir-se de seus co-partidários é, portanto, essencial para que receba votos e seja eleito. (LIMONGI E FIGUEIREDO, 2002, s. p.).

O Sistema Proporcional de Lista Aberta é frequentemente criticado por atribuir muito peso aos candidatos em detrimento dos partidos. Uma outra razão é a incapacidade de garantir a todas as regiões de um estado, que obtenham “seus representantes”, de acordo com a respectiva população, no legislativo. Logo, os candidatos das listas sabem que a quantidade de cadeiras não será proporcional ao número de representados. Por outro lado, é comum discussões de candidatos a vereador e a deputado dentro das próprias legendas acerca das suas “bases eleitorais”, de acordo com Nicolau (2017).

O sistema eleitoral não se esgota as normas que regulam as leis eleitorais de uma democracia. Existe uma série de outros aspectos importantes em uma eleição: quais são os eleitores aptos a votar; se o voto é obrigatório ou facultativo; os critérios para apresentação de candidatos; as normas dos gastos de campanha e acesso ao fundo partidário; as normas para divulgação de pesquisas; as regras de propaganda eleitoral. (NICOLAU, 2012, p. 11).

Desta forma, podemos afirmar que o sistema eleitoral brasileiro é bastante complexo. Contudo, a incompreensão do mesmo por parte do eleitorado não ocorre diretamente por sua complexidade e, sim, pela má formação política e pelo não cumprimento de uma das principais atribuições dos Partidos Políticos, a formação política de seus filiados.

Os acadêmicos dessa linha argumentam que os eleitores, na sua maioria, são incompetentes, desinformados e com pouco conhecimento (CAMPBELL *et al.*, 1960), por conseguinte, os cidadãos tomam decisões eleitorais míopes. Tal interpretação, construída, sobretudo, a partir de investigações nos Estados Unidos e predominante na literatura de comportamento eleitoral nas últimas cinco décadas, reforça a ideia de que os eleitores são insuficientemente engajados na política para terem condições de tomar decisões eleitorais que sejam fundamentadas na compreensão das políticas públicas (GOREN, 2013; BARTELS, 2008 *apud* CAVALCANTE, 2015, p.89).

Outra questão relevante é saber se a má formação política da população no Brasil é proposital, sendo executada para que os políticos se beneficiem da ignorância da população a respeito do processo eleitoral e, assim, maus políticos se mantenham em exercício. Esta questão pode ser solucionada por meio de pesquisas que comprovem ou não esta hipótese já referenciada pela literatura da área.

2.3 Coeficientes Eleitoral e Partidário

Coeficiente Eleitoral consiste no número total de votos válidos de uma eleição, exceto votos brancos e nulos que não fazem parte deste, necessários para um candidato se eleger para determinado cargo específico. Nicolau (2017) afirma que com relação ao “coeficiente eleitoral é preciso saber quantos eleitores compareceram e quantos anularam ou deixaram o voto em branco. Por isso, é impossível saber esse coeficiente antes da eleição, e dificilmente ele será o mesmo em duas eleições seguidas”.

Por outro lado, somente uma pequena parcela da população sabe sobre estes números, não que não seja divulgado pela justiça eleitoral, pois estas informações estão no site, além disso, no período eleitoral estas divulgações sobre estes temas, porém, o período de veiculação nos meios de comunicação é curto. No período de campanha, sobretudo quando há recadastramento eleitoral é possível fazer uma estimativa de qual será este quantitativo.

Estas informações são de extrema importância, pois fazem parte da política e do sistema eleitoral brasileiro.

O Coeficiente Partidário é um termo atribuído ao cálculo, pelo qual o partido ou coligação estão sujeitos a passar para saber a quantidades de cadeiras que estes irão ocupar, uma vez o atingindo. O cálculo consiste na quantidade de votos válidos e a quantidade de cadeiras e serem ocupadas nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras de Deputados.

A operação é o resultado do número de votos válidos divididos pela quantidade de cadeiras a serem ocupadas pelo partido ou coligação. Com isso aqueles candidatos que ultrapassarem o coeficiente partidário irão ocupar uma cadeira nestes respectivos lugares. Segundo Nicolau (2017), “seu cálculo é muito simples: basta dividir o total de votos válidos (votos nominais e de legenda) pelo número de cadeiras do estado na Câmara dos Deputados”.

O quociente eleitoral corresponde ao número mínimo de votos que um partido precisa para ter direito a uma vaga na eleição proporcional à qual está concorrendo. Já o quociente partidário corresponde ao número de vagas às quais cada partido tem direito após a realização das eleições. Destaca-se que estes quocientes sempre são calculados após a eleição, e não antes. O número total de votos que cada partido obtém corresponde ao somatório do número de votos que seus respectivos candidatos obtiveram, somando-se a estes ainda os votos de legenda, expressão utilizada para identificar o voto direto no partido. (SILVA, 2014, s. p.)

Difícilmente um eleitor comum saberá como seu voto, este que ele depositou no candidato, é contabilizado para a distribuição das cadeiras. No entanto, alguns tiveram que aprender pois, ou por que já foram candidatos ou por terem trabalhado em campanhas políticas, como aponta Nicolau (2017).

Em épocas de campanhas eleitorais tem-se discutido acerca dos votos brancos e nulos, considerando que estes irão contribuir para o candidato que se encontra na frente da disputa, porém isso é uma falácia, pois ao serem computados estes votos automaticamente serão eliminados. “Qual o destino dos votos nulo e os deixados em branco? Para fins de distribuição são consideradas apenas os votos em candidatos e partidos, os chamados votos válidos. Ou seja, os votos nulos e em branco são eliminados e não serão utilizados nos passos subsequentes da distribuição das cadeiras. Portanto escolher uma destas duas opções é equivalente a não ter ido votar, é jogar o voto fora”. (NICOLAU, 2017, p. 24)

Contudo, o voto nulo ou em branco, assim como a abstenção, que a cada ano cresce mais, reflete a insatisfação do eleitor com o modo como a política tem sido conduzida no Brasil. Também corrobora para constatamos a Crise de Representatividade, apesar de antiga, está ativa no Brasil, não é a toa que nas últimas eleições (em 2018) muitos partidos

tradicionais trocaram de nome a fim de confundir o eleitor e se desvincular de uma imagem já corroída por ineficiência e escândalos de corrupção envolvendo seus membros.

Voto nulo é aquele atribuído pelo eleitor a candidato inexistente – seja de maneira consciente, quando o eleitor digita propositadamente um número inexistente na urna eletrônica, seja de maneira inconsciente, quando o eleitor digita um número errado (inexistente), não percebe o erro e mesmo assim confirma seu voto. O voto nulo não possui valor jurídico algum, conforme § 2º do artigo 77 da Constituição Federal, conforme arts. 2º, 3º e 5º da Lei nº 9.504/97 e conforme § 3º do art. 175 do Código Eleitoral Brasileiro, dentre outros ordenamentos jurídicos brasileiros. Politicamente falando, o voto nulo pode ser entendido como um “não-voto”, uma manifestação apolítica do eleitor. O voto nulo pode, sim, auxiliar quem está na frente a vencer, mas ele não causa, em hipótese alguma, a anulação de uma eleição. (SILVA, 2014, s.p.).

Silva (2014) também enfatiza que a cada ano mais e mais mensagens defendendo o voto nulo se multiplicam entre os eleitores, especialmente com a facilidade da difusão de informações pela internet, sobretudo nas Redes Sociais.

[...] A respeito do voto em branco existem algumas lendas, especialmente as duas acima apresentadas: 1) Os votos em branco são transferidos para aquele que está em 1º lugar na eleição; 2) Os votos em branco são divididos entre todos os candidatos, aumentando o número de votos de cada um. Estas ideias, dentre tantas outras ideias extravagantes que aparecem na internet em tempos de eleição, são falsas e errôneas, sendo veiculadas, talvez, para aumentar a ignorância do cidadão em relação às eleições. Não correspondem de forma alguma à realidade do sistema eleitoral brasileiro, ou seja, àquilo que está na lei. (SILVA, 2014, s. p.).

A falta de conhecimento político é um dos principais fatores que auxiliam a falta de representação política. Para tanto, se houvesse uma política de politização da população, poderia proporcionar, pelo menos esse é o objetivo, que sejam colocadas pessoas que possuísse propósitos igualitários e universalizantes na política. Logo, não ocorrendo isso, os políticos que lutam em benefício próprio se aproveitam da fragilidade da população e quando ascende na política, promovem benefícios para os seus, ao invés de promover para todos.

Um elemento importante a se considerar dentro do Sistema Eleitoral é a dinâmica de financiamentos de campanhas. Assim, os políticos se empenham em ganhar as eleições, mas para vencer eles necessitam de arrecadar recursos. Porém, devido ao fato de que os eleitores não se importam com propostas políticas, e tem apenas um pequeno impacto no seu bem-

estar, estes podem vender seu voto aos grupos de interesse políticos, resultando em um pequeno benefício para cada eleitor, segundo Manin *et al.* (2006).

É importante destacar que, em períodos de pleitos eleitorais é comum eleger candidatos próximos as localidades, a exemplos de bairros, regiões. Para tanto fica fácil os representantes uma vez eleitos lutarem por estes lugares, como aponta Nicolau (2017), o propósito é eleger por determinado município ou área do estado, torna-se defensor dos interesses dessa área na Câmara dos Deputados “e fazer coisas pelo seu município/região”. A esses se somam os candidatos de opinião, os representantes de segmentos específicos (religião, esporte, sindicatos e categorias profissionais) e celebridades.

Para representar o povo, os políticos necessitam de fundos para financiar suas campanhas, porém, alguns destes financiamentos provêm de grupos que buscam troca de favores futuros. Esta questão ainda é complexa, no Brasil, apesar da existência do Fundo Partidário⁵, que se refere ao financiamento público das campanhas políticas, no intuito de evitar ou coibir a corrupção na política, pois segundo Manin *et al.* (2006, 113), “quando esses fundos vêm de interesses particulares, são trocas de favores”.

O Fundo Partidário foi criado para garantir a participação tanto dos grandes partidos, que obtêm grande volume de doações de seus filiados, quanto dos pequenos, para que estes pudessem participar das eleições de forma mais igualitária, já que “a conexão entre financiamento político pelo setor privado e corrupção é forte no imaginário popular. É dado como certo que o dinheiro nas campanhas compra a eleição e por extensão os políticos eleitos, corrompendo tanto o processo eleitoral como o sistema de representação” (SPECK, 2016, p.39).

Presumidamente, podemos utilizar como exemplo o momento atual do governo Bolsonaro, em que tanto as bancadas Ruralistas e Evangélica apoiaram sua candidatura à Presidência da República, a primeira com a pretensão do apoio para apropriação de terras indígenas já demarcadas e para o aumento das áreas cultiváveis no país, especialmente as aquelas de preservação ambiental. E a segunda pela isenção de impostos para as igrejas evangélicas.

O que foi apontado pelo Federalista (*apud* WEFFORT, 2006) acerca das facções, dos grupos de interesses particulares, que por vez praticadas nas campanhas eleitorais através dos partidos (facções), aplica-se ao modelo eleitoral brasileiro, guardadas as peculiaridades.

⁵ Para mais informações ver Lei nº 9.096/1995, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre Partidos Políticos.

Logo, em meio ao campo das campanhas políticas, existem o financiamento de determinados grupos políticos, e por fazerem isso, os políticos enquanto eleitos irão defender e lutar pelos interesses dos grupos, desprezando as demandas da população. Até mesmo quando o político encontra-se inserido neste meio, este tende a seguir a ideologia do grupo que não é o mesmo da população.

Segundo Nicolau (2017), com a criação do fundo partidário, desde 1995 as legendas passaram a receber recursos significativos para sua manutenção. As regras para distribuição dos recursos mudaram ao longo do tempo, mas sempre se assegurou que todos os partidos com registro recebessem um valor mínimo. Atualmente 5% dos recursos são distribuídos igualmente entre eles, e 95% são concedidos proporcionalmente a votação obtida nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados.

Por outro lado, entre os anos de 1993 e 2015 foi permitido na legislação eleitoral o financiamento (doações) das campanhas dos partidos com recursos de empresas privadas. Com este financiamento ocorre uma série de trocas de favores entre os parlamentares e estas empresas, formando blocos de lutas de interesses destes fiadores no Congresso Nacional. Porém atualmente é proibidas às doações de empresas do setor privados para as campanhas eleitorais.

A Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) não mais prevê a possibilidade de doações de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais. A mudança foi introduzida pela mais recente Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015), que ratificou a decisão do Supremo Tribunal Federal, na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, de declarar inconstitucionais os dispositivos legais que autorizavam esse tipo de contribuição. (TSE, 2016).

No Brasil, nada referente a política é simples ou segue seu rumo de forma ideal. Assim, a prática política se apropria de conceitos e mecanismos adotados em outras democracias, mas a modifica de forma a garantir que os grupos de poder econômico detenham, também, o poder político. Desta forma, a representação e a representatividade política ficam condicionadas aos interesses destes grupos econômicos e, portanto, sujeitas a ajustes à legislação ou a condução do processo eleitoral conforme os desejos e as necessidades deste grupo.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo e quantitativo, com a técnica de questionários com perguntas abertas e fechadas, tendo como objetivo averiguar a existência da crise de representatividade no município de Serra Branca-PB.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada na cidade de Serra Branca, que fica localizada no Cariri do Estado da Paraíba, com populares colaboradores dos bairros e centro da cidade, além de estudantes universitários e funcionários de repartições públicas desta mesma cidade.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A amostra quantitativa nesta pesquisa, se deu entre os períodos de 23 de Setembro de 2019 à 04 de Outubro de 2019, sendo este modelo de estudo aleatório não probabilístico de 1% do eleitorado do município, equivalente a 100 eleitores, quantidade suficiente para elevar certeza do resultado apresentados dos dados.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

A princípio, a coleta de dados se deu nos bairros do município, os bairros Ahú e o Pilão, este primeiro onde as condições de infraestrutura de algumas ruas são de total abandono, o contrário da segunda localidade. Os questionários foram aplicados aos referidos moradores, de forma que alguns se mostraram intimidados por responder os questionários, alegando receio a algum tipo de perseguição por parte do órgão gestor da cidade.

No entanto, ao serem informados que esta possuía como única finalidade estudos acadêmicos, mostraram-se menos intimidados. Ao questioná-los sobre a representação, as respostas foram as mais variadas, sendo tanto positiva quanto negativa acerca do poder legislativo e o executivo municipal. Outros lugares onde a pesquisa realizou-se foi o centro da cidade, tanto com populares da localidade, como também jovens universitários, que como dito anteriormente, ficaram a par do propósito da pesquisa e aceitaram respondê-la.

3.5 Tratamento dos Dados Coletados

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, onde os questionários aplicados no município de Serra Branca, com o propósito elaborar dados para a obtenção das informações necessárias para verificar a ocorrência de crise de representatividade ou não e assim, chegar à conclusão da pesquisa.

A partir disso, todas as seções de análises dos dados serão embasadas pelo referencial teórico, sustentando convergências e divergências com alguns dos diferentes autores apresentados para desenvolvimento da pesquisa, que neste caso, fora utilizado o método de Rastreamento Eficiente de Processos, que segundo Schimmelfennig (2013), “como um método dentro de um caso focando no mecanismo causal que liga fatores ou condições aos resultados, o rastreamento de processos ocupa uma posição única entre os projetos de pesquisa observacional”.

O Rastreamento Eficiente de Processos foi escolhido como método principal para a execução desta pesquisa por se utilizar de uma amostra pequena. Desta forma, o método em questão permite validar dados obtidos a partir de pequenas amostras, ou melhor, que se utilizam de N pequenos.

As análises comparativas ou de grandes N nos dão mais confiança na relação entre variáveis “independentes” e “variáveis dependentes”, mas não fornecem informações sobre o mecanismo causal que liga as duas. (SCHIMMELFENNIG, 2013, s. p.)

Para tanto, para tal abordagem a respeito da análise sobre a crise de representatividade política como um todo, utilizamos este método para tratar os dados recolhidos no intuito de abordar a questão, visando atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos desta pesquisa.

Os resultados encontrados nesta pesquisa possibilitaram compreender o grau de representatividade política no município, por parte do eleitorado, de modo que possa buscar o entendimento as cobranças, e a renovação da política por parte da população.

3.6 Posicionamento ético da pesquisa

Nesta pesquisa foi utilizada a Resolução N° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das etapas das pesquisas na área das Ciências Humanas, bem como das diretrizes para coleta de dados. Durante todo o tempo da execução da pesquisa foram observados o que preconiza essa resolução, sobretudo, no modo como tratar a população pesquisada, já que as Ciências Sociais não possuem, especificamente, uma resolução ou regimento sobre procedimentos de ética para serem utilizados na realização de pesquisa realizadas com pessoas.

Logo, foi adotado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para garantir a permissão de realizar a pesquisa na instituição em questão, bem como assegurando a divulgação dos dados apenas através de meios científicos.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO (DADOS)

Esta sessão trata, especificamente, da apresentação dos dados obtidos na realização da pesquisa, sobretudo com a aplicação dos questionários entre os moradores do município de Serra Branca-PB.

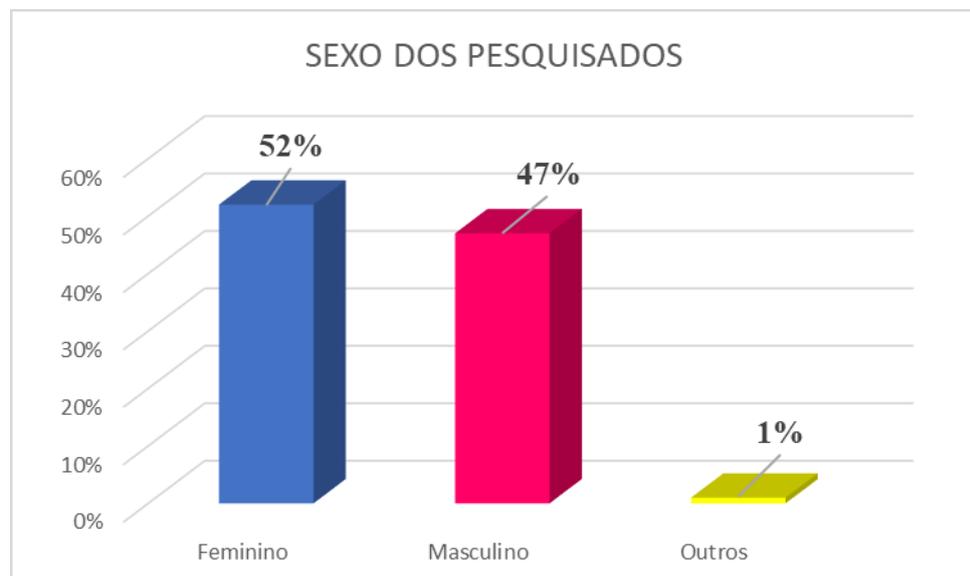
Assim, os dados serão apresentados em duas categorias, Caracterização da Amostra e Caracterização dos Dados.

4.1 Caracterização da Amostra

Como já foi mencionado na sessão que trata da Metodologia deste trabalho, a amostra foi constituída por cem (100) eleitores do município de Serra Branca-PB. A caracterização da amostra é relevante para retratar quem é o eleitorado serra-branquense e, assim, entendermos ou, pelo menos, buscarmos elucidar parte de sua formação política.

Com relação ao sexo dos pesquisados, a pesquisa buscou ser o mais paritária possível para, assim, captar o pensamento político de mulheres e de homens. Contudo, cabe ressaltar que a participação na pesquisa foi voluntária e, portanto, buscando atingir o coeficiente da amostra de 1% do eleitorado chegou-se aos percentuais apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Sexo dos Pesquisados



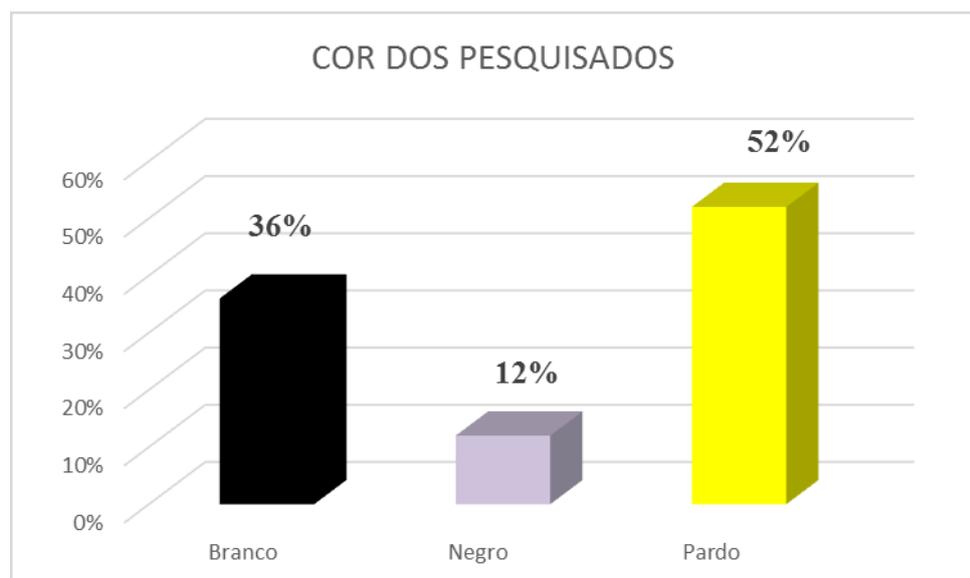
Fonte: Dados da própria pesquisa.

Como demonstrado no Gráfico 1, participaram da pesquisa 52% de mulheres e 47% de homens⁶. O que sinaliza para alguns elementos que devem ser considerados, como o fato de existir a ideia que as mulheres não gostam de participarem da política, no entanto, mediante o percentual apresentado pelos dados deste gráfico, tal ideia é desconstruída de forma que a maioria dos entrevistados se consideram pertencentes ao sexo feminino. Assim, segundo dados do IBGE (Censo, 2010) a população de Serra Branca é constituída de 12.973 habitantes, com estimativa atual de 13.699 habitantes. Destes, 4.621 são do sexo masculino e 5.243 do sexo feminino.

A que se considerar que a população total do Brasil é constituída por 190.755.799 segundo o último censo e estimativa de 210.147.125 (IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/serra-branca/panorama>) e que a população de mulheres é de 51,7% e de homens de 48,3% e que a população total do eleitoral no Brasil é de 52,5% de mulheres e de 47,5% de homens, então, Serra Branca-PB não foge à regra de ter mais mulheres em sua população e, conseqüentemente em seu eleitorado.

Outro fator importante é a disponibilidade das mulheres em participarem de pesquisas sejam de qual categorias elas forem.

Gráfico 2 - Cor dos Pesquisados

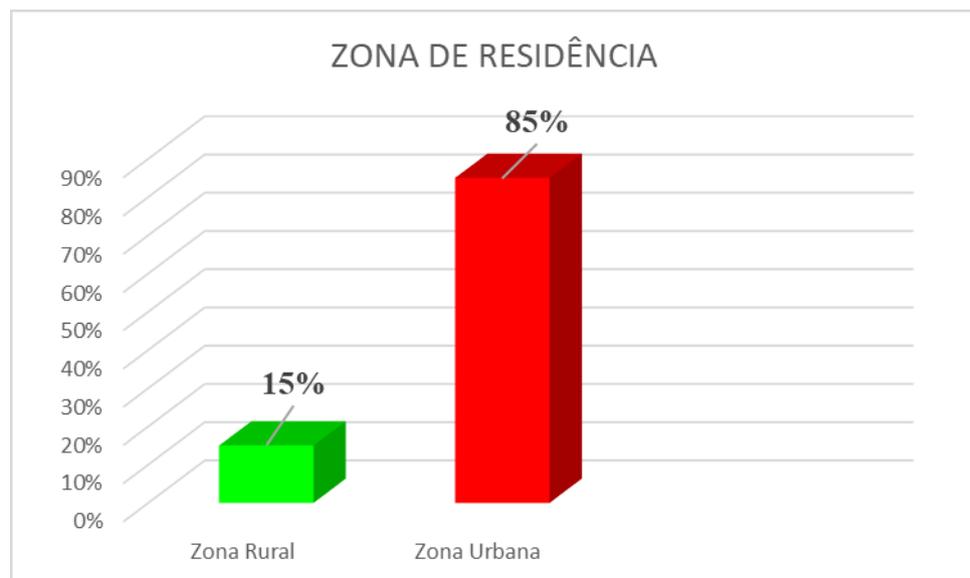


Fonte: Dados da própria pesquisa.

⁶ A categoria Outros foi incluída no sentido de dar liberdade de expressão aos participantes. Assim, alguém que não se sinta enquadrado completamente nem no gênero feminino e nem no masculino ou que esteja fazendo o processo de transição entre os gêneros se sinta contemplado.

Podemos observar, no Gráfico 2, que cerca de 36% dos pesquisados responderam ser de cor branca, 12% ser de cor negra e 52% de cor pardo. Ao comparar os dados nacionais com os da pesquisa, demonstra-se que a maioria dos pesquisados se declaram de cor Parda, seguidos, de ordem decrescente, de Brancos e Negros, o que se diferencia do padrão nacional, haja vista que, segundo dados do IBGE (PNAD, 2015), a população do Brasil é constituída de 45,5% de Brancos, 45,06% de Pardos e 8,86% de Pretos⁷. Comparando os dados da pesquisa com os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2015), os dados demonstram que a maioria da população declarante é de cor Branca, seguidos, em ordem decrescente, de Pardos e Negros.

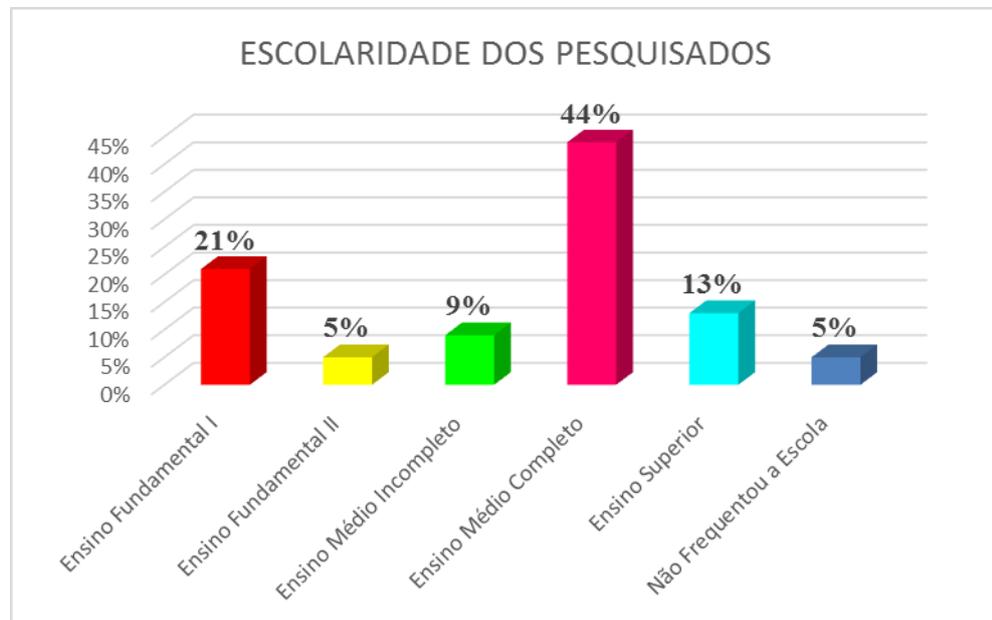
Gráfico 3 - Zona de Residência dos Pesquisados



Fonte: Dados da própria pesquisa.

Observa-se no Gráfico 3, que cerca de 85% dos entrevistados se declararam residentes na Zona Urbana, e 15% da Zona Rural. Assim, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013, em Serra Branca-PB, cerca de 35% da população são residentes de Zonas Rurais e 65% de Zonas Urbanas. Como também, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), cerca de 84,7% vivem em Áreas Urbanas e 15,28% em Áreas Rurais no Brasil. De modo, que comparado aos índices nacionais com os da pesquisa, demonstra-se que dados não divergem um do outro.

⁷ Ainda compõem a população brasileira 0,47% de Amarelo e 0,38% de Indígenas.

Gráfico 4 - Escolaridade dos Pesquisados

Fonte: Dados da própria pesquisa.

Conforme mostra o Gráfico 4, quando questionados sobre o nível de escolaridade, 44% responderam terem o Ensino Médio Completo, 21% o Ensino Fundamental I, 13% o Ensino Superior, 9% Ensino Médio Incompleto, 5% Ensino fundamental II e 5% não Frequentou a Escola. Para tanto, se juntássemos os percentuais da coluna 1, 2, 3 e 6, consta-se que cerca de 40% dos pesquisados não concluíram o Ensino Médio. Embora que alguns dos pesquisados não sabiam assinar o próprio nome. Ao mesmo tempo, mostrando um total de desentendimento sobre a política em si, porém, conhecimento sobre a política partidária. De forma que nos faz pensar se o nível de escolaridade está relacionada com a qualidade da formação política dos eleitores.

Tabela 1 - Distribuição da Idade dos Pesquisados

Idade	Valor absoluto	Porcentagem
17 + 23	19	19%
23 + 29	19	19%
29 + 35	16	16%
35 + 41	16	16%
41 + 47	15	15%
47 + 53	3	3%
53 + 59	4	4%
59 + 65	5	5%
65 + 71	3	3%
Total	100	100%

Fonte: Dados da própria pesquisa

A tabela 1, mostra a distribuição de idade dos pesquisados, em que a maioria dos eleitores são de idades de 17 à 29 anos que correspondem a dois intervalos de 19%, cada, em ordem decrescente, eleitores de 29 à 41 anos que correspondem a dois intervalos de 16%, cada, outro de 41 à 47 anos que correspondem a um intervalo de 15%, e pequenos grupos de 47 à 71 que correspondem a intervalos de 3%, 4%, 5% e 3%, respectivamente.

Tabela 2 - Distribuição de Renda dos Pesquisados

Renda	Valor absoluto	Porcentagem
87 + 487	26	26%
487 + 887	13	13%
887 + 1287	33	33%
1287 + 1687	1	1%
1687 + 2087	3	3%
2087 + 2487	0	0%
2487 + 2887	0	0%
2887 + 3287	2	2%
NR + 22	22	22%
Total	100	100%

Fonte: Dados da própria pesquisa

Como demonstrado na tabela 2, esta mostra a distribuição de renda dos pesquisados, em decrescente, onde a maior parte destes declararam renda com intervalos de 887 à 1287 R\$,

que corresponde a um percentual de 33%, em seguida os que declararam renda de 87 à 487 R\$, que corresponde a um percentual de 26%, em seguida um percentual de 22% que corresponde aqueles que declararam não possuir renda alguma, seguindo de um percentual de 13%, correspondente a renda de 487 à 887 R\$. E pequenos grupos, como os 3% que correspondem a renda de 1687 à 2087 R\$, 2% que corresponde a renda de 2887 à 3287 R\$, e 1% os declarantes com renda de 1287 à 1687 R\$. No entanto, é importante ressaltar que grande maioria dos pesquisados são usuários de programas sociais do governo federal, como o bolsa família.

Para tanto, a renda per capita do município de Serra Branca corresponde a 330,00 (IBGE, 2010) comparando com a renda per capita do estado da Paraíba que corresponde a 928,00, e a renda per capita do Brasil, no ano de 2017, que correspondera à 1267,00. Logo, ao equipararmos com os dados obtidos pela pesquisa, observamos que a maior parte da população não possui, pelo menos, um salário mínimo por indivíduo.

4.2 Caracterização dos Dados Temáticos

Dando seguimento a estrutura deste trabalho, chegamos à apresentação dos dados temáticos, ou seja, dos dados a respeito do tema do comportamento eleitoral dos eleitores de Serra Branca-PB.

Interiormente à aplicação dos questionários foi realizada uma pesquisa documental a respeito dos candidatos, número de votos obtidos e filiação partidária. Assim, observamos que na última eleição municipal (2016), em Serra Branca, três coligações entraram na disputa por vagas na câmara de vereadores, dentre elas foram: 1. Coligação “ESPERANÇA DO POVO” composta pelos partidos: Partido Popular Socialista (PPS), Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), Partido Social Liberal (PSL), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Democrata (PSD), Partido Democrático Trabalhista (PDT); 2. a “COLIGAÇÃO O POVO QUER MUDANÇA” composta pelos partidos: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B atual AVANTE), Partido da Mobilização nacional (PMN), Partido Comunista do Brasil (PCdoB). E, por fim 3. “SERRA BRANCA TEM FUTURO” composta pelos partidos: Partido Trabalhista Nacional (PTN atual PODEMOS), Partido Republicano (PR atual PL), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB atual MBD).

O resultado da eleição 2016 em Serra Branca apontou que se candidataram a uma vaga na Câmara dos Vereadores quarenta e sete pessoas, conforme Tabela 3, em três listas, para ocupar as nove cadeiras da câmara municipal de Serra Branca.

Tabela 3 - Distribuição de Candidatos a Vereador em Serra Branca-PB (2016)

NOME	SIGLA	% VALIDOS	VOTOS
HERCULES HOLANDA	PSD	8,01%	652
DIOGENES SALES	PSDB	6,71%	546
PAULO SERGIO DE RAQUEL	PR	5,84%	475
MACILON	PT	5,79%	471
KLEBER RIBEIRO	PSDB	5,62%	457
BACICA	PSDB	5,12%	417
RENAN	PT	4,77%	388
VALBER	PR	4,71%	383
ITALO MARTINS	PR	4,50%	366
EGBERTO FERREIRA	PSDB	4,49%	365
GUILHERME GAUDÊNCIO	PSB	4,15%	338
ESPERDIÃO	PSDB	4,08%	332
EDINAILDO	PT	3,82%	311
Prof. CRISTINA	PT	3,74%	304
EDIMILSON DA SERRA	PSDB	2,34%	190
NICACIO DA SERRA	PR	2,19%	178
NALDINHO DO PILÃO	PT	2,05%	167
EDINHO DO FEIJÃO	PSDB	1,90%	155
INACIO DE BARRÃO	PT	1,56%	127
IRMÃO TADEU	PR	1,20%	98
HERON	PMN	1,09%	89
BOLO DE GOMA	PSL	1,01%	82
MARCINHO BEZERRA	PSB	0,88%	72
PEDRINHO CANTOR	PR	0,82%	67
KATIA BEZERRA	PSL	0,73%	59
CAIO MARACAJÁ	PSC	0,73%	59
EDITE BRITO	PSL	0,66%	54
SUPRISSIO	PPS	0,65%	53
ROGERIO DE GUIMAR	PDT	0,54%	44
JUNIOR DE ADENEIDE	PMN	0,52%	42
CARMINHA DE ORFELIO	PSB	0,50%	41
SEVERINHA FERRAZ	PDT	0,50%	41
GALEGO DA CASTANHA	PSB	0,50%	41
IVAN DA PIPOCA	PSDB	0,41%	33
PRETO	PTN	0,32%	26
COCOTA	PR	0,21%	17
ADRIANA GOMES	PPS	0,16%	13
ZÉ NILDO	PSB	0,16%	13
FRANCICLEIDE SOARES	PT	0,15%	12
GLÓRIA BARROS	PT do B	0,14%	11
EDINHO	PT	0,12%	10
TÂMARA BEZERRA	PSDB	0,09%	7
VITÓRIA	PT	0,02%	2
NALBA	PT	0,02%	2
FERNANDA	PTN	0,02%	2
CLEIDE	PTN	0,00%	0

Fonte: Dados da própria pesquisa.

Podemos observar que 47 (quarenta e sete) candidatos lançaram-se candidatos a vereador, 16 (dezesesseis) candidaturas eram de mulheres. No entanto, apenas uma conseguiu ocupar uma cadeira na Câmara Municipal, conforme a Tabela 4. Cabe salientar que estes candidatos não foram eleitos com votos depositados no candidato, mas sim, através do coeficiente eleitoral e por média.

Tabela 4 - Distribuição dos Vereadores Eleitos em Serra Branca-PB (2016)

NOMES	SIGLA	%VALIDOS	VOTOS
HERCULES HOLANDA (Reeleito por QP)	PSD	8,01%	652
DIOGENES SALES (Reeleito por QP)	PSDB	6,71%	546
PAULO SERGIO DE RAQUEL (Reeleito por QP)	PR	5,84%	475
MACILON (Eleito por QP)	PT	5,79%	471
KLEBER RIBEIRO (Reeleito por QP)	PSDB	5,62%	457
BACICA (Eleito por QP)	PSDB	5,12%	417
RENAN MAMEDE (Reeleito por QP)	PT	4,77%	388
VALBER PINTO (Eleito por Média)	PR	4,71%	383
GUILHERME GAUDÊNCIO (Eleito por Média)	PSB	4,15%	338

Fonte: Dados da própria pesquisa.

O primeiro colocado, o vereador Hercules Holanda, obteve 8,01% dos votos, o que equivale a 652 votos, sendo assim eleito por coeficiente partidário. Segundo colocado, Diógenes Sales obteve 6,71% dos votos, o que equivale 546 votos, sendo eleito por coeficiente partidário. O terceiro colocado, Paulo Sergio de Raquel, obteve 5,84%, o que equivale a 475 votos, sendo eleito por coeficiente partidário. Quarto colocado, Macilon, obteve 5,79% dos votos, que equivale a 471 votos, sendo eleito por coeficiente partidário. O quinto colocado, Klerber Ribeiro, obteve 5,62 % dos votos, que equivale a 457 votos, sendo eleito por coeficiente partidário. Sexta colocada, Bacica, obteve 5,12% dos votos, que equivale a 417 votos, sendo eleita por coeficiente partidário. O sétimo colocado, Renan Mamede, obteve 4,77% dos votos, que equivale a 388 votos, sendo eleito por coeficiente partidário. O oitavo colocado, Valber Pinto, obteve 4,71% dos votos, que equivale a 383 votos, sendo eleito por média. O nono colocado, Guilherme Gaudêncio, obteve 4,15% dos votos, que equivale 338 votos, sendo eleito por média.

Quando eleitos por média, ocorre um cálculo diferente do coeficiente partidário. Analisando os dados da Tabela 4 consideramos que os dois últimos colocados foram eleitos através das sobras, após os cálculos os coeficientes partidários.

O total de votos de cada partido é dividido pelo número de cadeiras que ele obteve na primeira fase acrescido de 1. Um partido, por exemplo, que elegeu cinco deputados terá os votos totais divididos por 6 (5+1). Essa conta é feita para todos os partidos. As cadeiras das sobras irão para os partidos com as maiores médias, daí o nome pelo qual é conhecida a segunda fase de cálculo: sistema de maiores médias. (NICOLAU 2017, p. 34).

Das 16 (dezesesseis) mulheres que colocaram o nome à disposição da candidatura, apenas uma conseguiu ser eleita vereadora no pleito de 2016, Maria Valdete Carvalho Machado (BACICA). Assim, fica evidenciada a falta de representação feminina no poder legislativo, apesar de existir a Lei nº 9.504/1997 que garante 30% das cotas de participação feminina das eleições proporcionais no Brasil. Porém, mesmo ocorrendo a inclusão das candidaturas femininas nas legendas, para que estas fiquem de acordo com a justiça eleitoral, isso não garante que as candidatas sejam eleitas. No entanto, com a inserção das candidaturas femininas há um aumento na cota do Fundo Partidário destinado ao Partido, para auxiliar nas campanhas eleitorais das quais estas participam.

[...] vem sendo adotado em inúmeros países, inclusive o Brasil, é a fixação de quotas de candidaturas --- em geral, obrigando os partidos a indicarem uma porcentagem mínima de mulheres candidatas. Os resultados efetivos têm variado de experiência para experiência, devido a diversos fatores, marcadamente as diferenças nos sistemas eleitorais. As quotas tem sido usadas também com o intuito de minorar a desigualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior, sobre tudo nos Estados Unidos. (MIGUEL, 2000, s. p.).

Para tanto, comparando com sistemas eleitorais de países como: Costa Rica e Argentina, que possuem em seus sistemas uma participação feminina mais equânime, do que o Brasil, Segundo Nicolau (2012):

Em alguns países os partidos têm feito uso da lista fechada como mecanismo para garantir a representação de determinados grupos étnicos e de mulheres [...] A legislação eleitoral da Argentina e a da Costa Rica exigem que haja

uma alternância de gênero na lista, na proporção de 2 para 1; ou seja, dois homens devem ser seguidos por uma mulher (ou vice-versa). Esse mecanismo garante que 33% da Câmara dos Deputados sejam mulheres. (NICOLAU, 2012, p. 65).

Neste pleito aconteceu algo que vem ocorrendo com frequência na política do Brasil, partidos de ideologias diferentes se coligam. O PPS e o PSL, um de ideologia Socialista e o outro Liberal. Este fato demonstra, também, alguns elementos que tem sido apontados neste trabalho a respeito do sistema eleitoral brasileiro. Primeiro, que a crise de representatividade está presente no Brasil, haja vista que partidos de diferentes orientações políticas se unem na busca pelo poder, não importando a qual preço.

Segundo que, tanto o eleitor quanto o político desconhecem ou ignoram o significado conceitual das siglas dos Partidos Políticos. Um exemplo disto é o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que defende e implementa pautas Liberais e Neoliberais em seus governos e representantes. No entanto, a Social Democracia surge como uma dissidência do Comunismo Alemão, ou seja, os sociais democratas pregam mais direitos para os trabalhadores, melhor distribuição de renda e mais participação do Estado na condução da vida dos cidadãos, especialmente em gerir e/ou fornecer os mecanismos de garantia de direitos sociais. A divergência entre Sociais Democratas e Socialista/comunistas é a forma como estes direitos devem ser empenhados pelo Estado.

Para os Sociais Democratas a participação o Estado deve ocorrer de forma democrática, com os representantes conquistando espaço através das instituições políticas existentes e da legislação vigente, já os Socialistas/Comunistas pregam a Revolução Armada como forma de apropriação, por parte do Estado, das instituições e mecanismos responsáveis pela gestão dos bens materiais. Portanto, defender uma pauta neoliberal nunca foi e nunca será algo característico da Social Democracia, pois são concepções de Estado altamente contrárias.

Algumas democracias que utilizam a representação proporcional – Bélgica, Holanda, Suíça, Finlândia e Israel – permitem que os partidos se coliguem para fins de distribuição das cadeiras. Mas há diferenças fundamentais em comparação com as coligações no Brasil. A primeira delas é que um número relativamente reduzido de partidos costuma se coligar, e quase sempre a aliança se dá com partidos ideologicamente próximos. A segunda é que as coligações são decididas nacionalmente, e os partidos concorrem juntos em todas as regiões do país. (NICOLAU, 2017, p. 52)

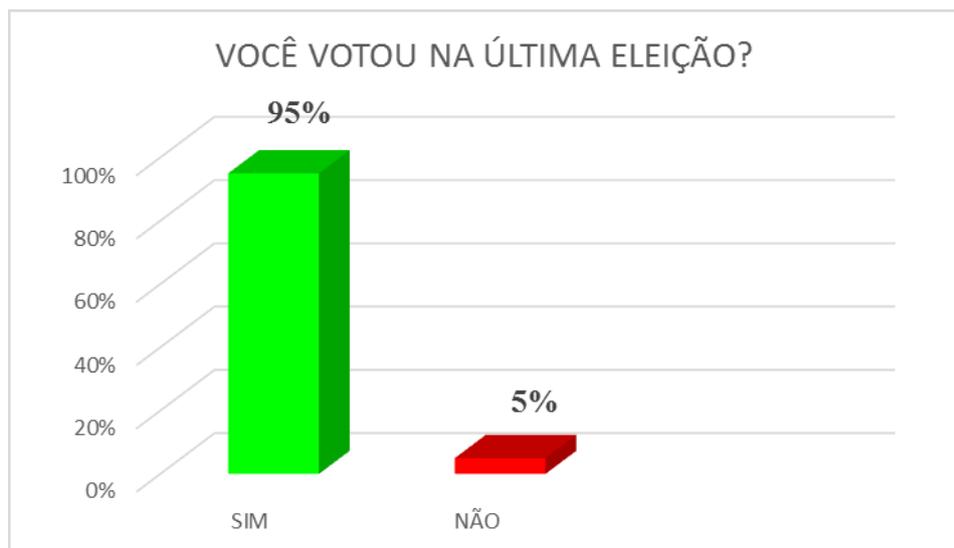
O uso das coligações nas eleições implica diretamente na questão da representação partidária, seja municipal, estadual ou nacional. Para Nicolau (2017), “quanto mais amplo for o uso das coligações, maior a probabilidade de observarmos distorções na representação partidária”.

Na questão municipal ocorre que, ao coligarem-se, os partidos que fazem parte da coligação ficam mais próximos de romper o Coeficiente Eleitoral. Contudo, ao votar num candidato coligado, o eleitor não só estará votando no candidato propriamente dito, mas proporcionalmente no partido. Desta forma, este voto irá contribuir para eleger outros candidatos da coligação, que muitas vezes não compactuam com a mesma ideologia da qual o candidato que o eleitor votou.

Na eleição do município de Serra Banca se evidencia que todos os ocupantes das cadeiras do poder legislativo, não foram eleitos com votos diretos ao candidato, mas sim através das coligações.

É importante salientar que as coligações também usufruem de certas prerrogativas, a exemplo da participação dos horários eleitorais, em que quanto maior a quantidade de partidos coligados, maior será a quantidade de acréscimos de tempos de veiculação das propagandas do Rádio e TV que a Coligação terá e, conseqüentemente, os candidatos terão em relação a outras coligações.

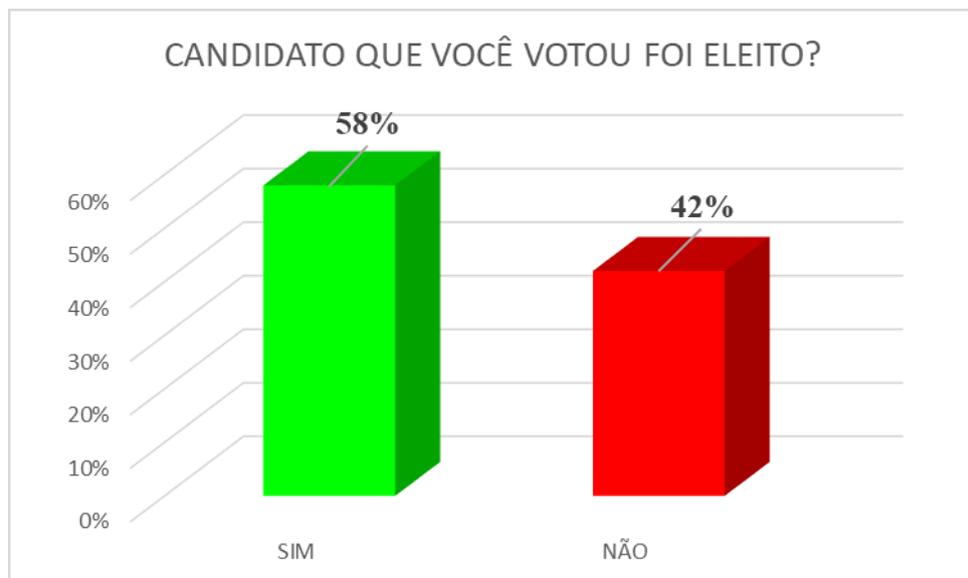
Gráfico 5 - Você votou na última Eleição?



Fonte: Dados da pesquisa.

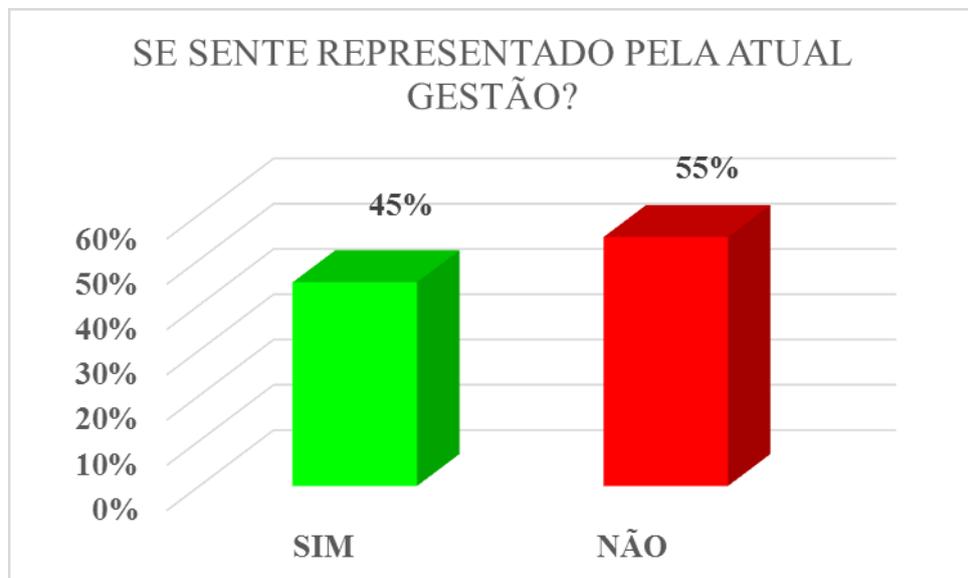
De acordo com os dados do Gráfico 5, observa-se que cerca de 95% dos pesquisados votaram na última eleição, e apenas 5% deles não votaram. Desta forma, demonstra-se que boa parte destes participaram ativamente da política, no que diz respeito ao processo eleitoral. De modo que, comparando os dados desta pesquisa com os das abstenções das última eleições municipais, consta que o percentual de pessoas que não compareceram nas últimas eleições municipais caiu de 18,47% em 2012 para 10,23% em 2016. Por outro lado, se compararmos com os com os índices nacionais, que neste caso, foram os percentuais de 16,4% em 2012 e 17,5% em 2016. Podemos constatar, então, que as abstenções aumentaram com relação as eleições anteriores, de modo que divergem com os dados obtidos nesta pesquisa.

Gráfico 6 - Candidato que você votou foi eleito?



Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 6, quanto a eleição dos candidatos, o percentual apresentou que cerca de 58% dos entrevistados alegaram que seu candidato foi eleito, e 42% responderam que seu candidato não foi eleito. Embora seja uma eleição municipal, observa-se que no poder legislativo houve pouca renovação, ao que diz respeito a novos representantes neste poder. Por outro lado, no Poder Executivo ocorreu uma renovação, pois o candidato nomeado rompeu com o antigo grupo político ao qual fazia parte da gestão e lançou candidatura própria ao governo municipal. Cabe salientar que, o antigo grupo que outrora fazia parte, dispôs de candidatura.

Gráfico 7 - Se sente representado pela atual gestão?

Fonte: Dados da pesquisa.

Como indica o Gráfico 7, ao serem questionados acerca da representação por parte da gestão municipal, o percentual de 45% responderam que sim, e 55% responderam que não. Apesar do que mostra o Gráfico 6, onde 58% dos eleitores informaram que o candidato a qual eles votaram foram eleitos, apenas 45% estão satisfeitos e se sentem representados pela gestão. Desta forma, podemos observar que ocorre a falta de representação por parte da gestão, por outro lado, ao perguntar o porquê não se sente representado pela gestão, as respostas foram as mais variadas. Dos que se sentem representados, responderam que:

“Sim, me empregou!” (Eleitor 39, 33 Anos)

“Pelo menos fizeram o calçamento do bairro” (Eleitora 52, 70 Anos)

“Pagou a conta de luz” (Eleitora 53, 22 Anos)

“Já esteve pior (a cidade)” (Eleitora 74, 40 Anos)

Diante disso, observamos que o sentimento de representação parte da realização dos interesses de caráter pessoal, como os exemplos acima. “

De acordo com Anthony Downs (1957), o cidadão, dentro de uma racionalidade individual, comporta-se diante de uma urna como um consumidor no mercado, isto é, age racionalmente sob a lógica de custo-benefício. A ideologia serve assim como uma linguagem sintética que reduz os custos de informação do eleitor. (CAVALCANTE, 2015, p. 89).

Com relação aos eleitores pesquisados que afirmaram não se sentirem representados, destacamos as seguintes falas

:

“Não tem moral (...) quem manda é os outros”. (Eleitor 85, 24 anos).

“Por que a atual gestão governa apenas para uma ‘elite’”.

(Eleitora 37, 29 anos).

“Não cumpriu com as promessas de campanha”. (Eleitor 28, 26 anos).

“Eles só dão ‘favor’ em época de eleições, passando, nos abandonam”. (Eleitora 100, 57 anos).

Os dados apontam, em ordem decrescente, para a existência de três pontos específicos que respondem a questão da não representatividade na cidade de Serra Branca, a saber são eles:

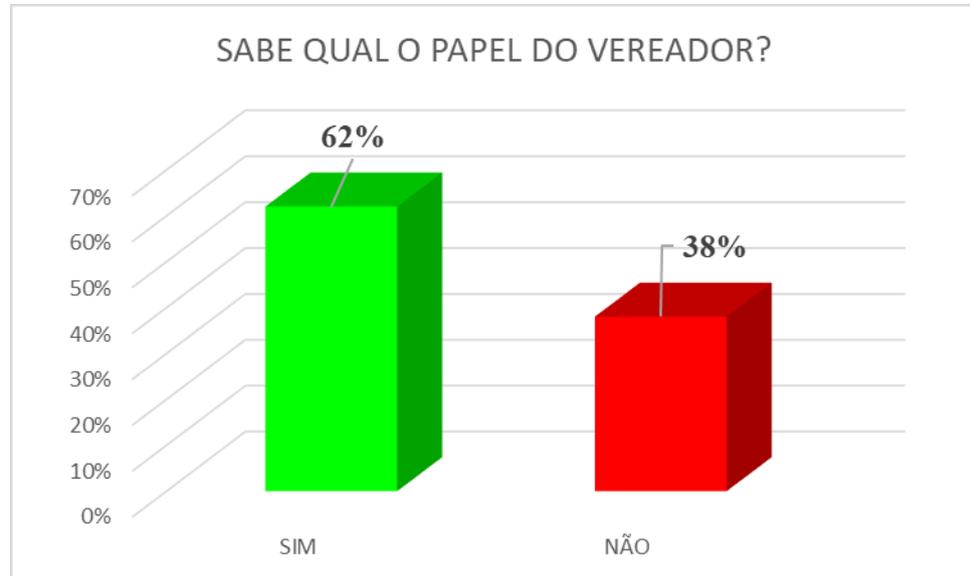
1. a falta de autonomia por parte da gestão, pois o gestor atribui a tomada de decisão a terceiros dentro da gestão, entretanto seriam decisões que caberiam unicamente ao mesmo fazer. Neste caso, tais membros apoiadores se sentem no direito de executar tarefas que não cabe aos mesmos, simplesmente por ter havido o apoio durante as campanhas;

2. a negligência com relação a grupos menos favorecidos, de certa forma, onde na gestão, a partir dos dados acima apresentados, vai ocorrer um favorecimento para certos grupos, ou famílias no município, de forma que os demais membros da população municipal se sentem negligenciados quanto as suas necessidades;
3. o não cumprimento das principais propostas trata-se de um fator que deve ter ênfase nas presentes falas e durante o decorrer da pesquisa, que é a insatisfação dos eleitores com a gestão, por não cumprir as promessas de campanhas proferidas durante a campanha.

Neste caso há de se empreender uma pesquisa mais aprofundada da questão e identificar quais propostas o eleitor enquadraria como prioritárias, depois classificá-las por área de atuação do governo e de relevância para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A ênfase na racionalidade pressupõe o caráter instrumental do voto – capacidade do eleitor em reconhecer seus interesses e votar naqueles que melhor convergem com seus objetivos e crenças. O eleitor se importa com a capacidade da política em gerar os benefícios esperados; em caso de bons resultados na economia, aumentam-se as chances da situação, enquanto as chances da oposição tendem a se elevar na medida em que o governo não apresenta bons desempenhos no campo econômico. Em suma, prevalece uma tendência a votar com base nos efeitos da economia no bolso dos cidadãos (CAVALCANTE, 2015, p. 90).

Assim, a literatura especializada aponta que no final das contas o interesse do eleitor é o benefício próprio, isto nos remete a uma questão mais ampla sobre a cultura política brasileira, que como já foi mencionado neste trabalho está vinculada a uma má formação política, incompleta e imprecisa a respeito do processo eleitoral ou até mesmo da participação política do cidadão na sociedade brasileira.

Gráfico 8 - Sabe qual o papel do vereador?

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 8 nos mostra, quando perguntados aos entrevistados se os mesmos tinham conhecimento do papel do vereador, o percentual de 62% afirmou que sim, sabiam o papel que este representa, e 38% que não sabiam identificar.

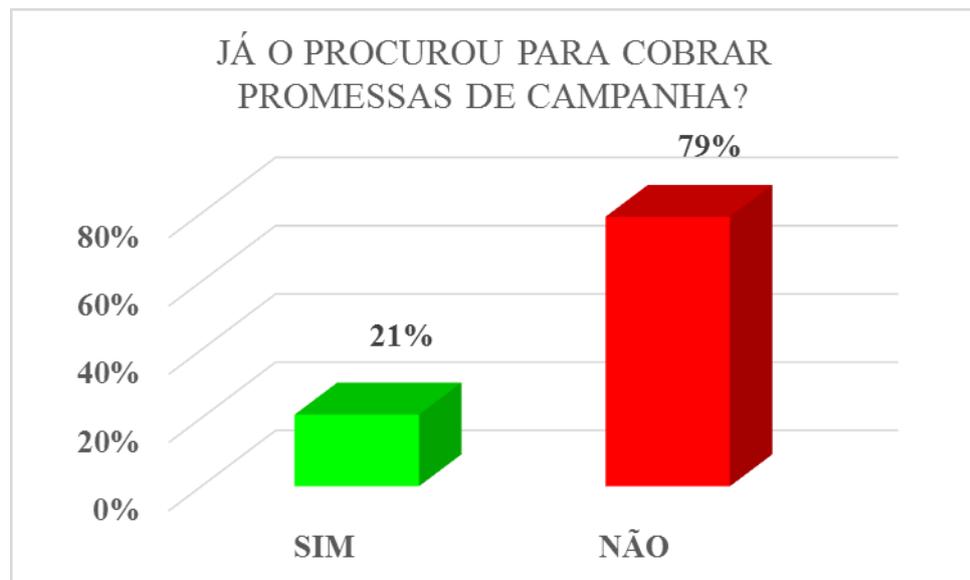
É importante ressaltar que a maior parte da população sabe o papel do vereador, porém, não atribuem o devido valor a este, a quem representa o Legislativo. No entanto, o faz como sendo mais importante o representante do Executivo, talvez por este gerir diretamente o erário público ou ser responsável pela contratação direta de funcionários.

Contudo, saber, ter conhecimento, ter ciência do papel do vereador não significa que o eleitor compreende a importância que a figura do vereador representa no processo político, especialmente como intermediário entre a população e o Estado.

Ao afirmar que a cidadania não pode ser reduzida à dimensão “gnosiológica” do simples conhecimento de direitos e deveres, não estamos descartando essa dimensão do conceito de cidadania, estamos simplesmente afirmando sua insuficiência. Se é verdade que o cidadão não se restringe àquele que conhece seus direitos e deveres, também o é afirmar que o conhecimento é fundamental a qualquer cidadão. Na perspectiva em que pretendemos afirmar o conceito de cidadania, podemos dizer que nem todo o indivíduo que conhece é cidadão, muito embora todo cidadão deva ser conhecedor de seus direitos e deveres (MARTINS, 2000, p8).

Logo, é um erro dar mais importância a um do que ao outro, pois, é no poder legislativo, neste caso a Câmara de Vereadores, onde são votadas as leis que o executivo irá desempenhar ou não. Sabendo ainda que o Executivo municipal precisara do aval deste poder para aprovar os projetos que o mesmo envia para os vereadores, que irão aprovar ou não. Ou seja, um depende do outro. Além disso, é papel do vereador fiscalizar a atuação do prefeito.

Gráfico 9 - Já o procurou o seu candidato para cobrar promessa de campanha?



Fonte: Dados da pesquisa.

Como demonstra o Gráfico 9, quando questionamos os eleitores se já procuraram algum dos candidatos eleitos para cobrar promessas de campanha, os dados são surpreendentes, com percentual de 21% para os que responderam que sim, e 79% para os que responderam que não. De forma que, embora ocorra a falta de representatividade política no município, os eleitores não cobram as promessas que foram feitas durante a campanha eleitoral, principalmente quando se refere ao Poder Legislativo. Logo, observamos, de acordo com a maioria dos pesquisados, que boa parte das promessas de campanha foram aquisições de empregos.

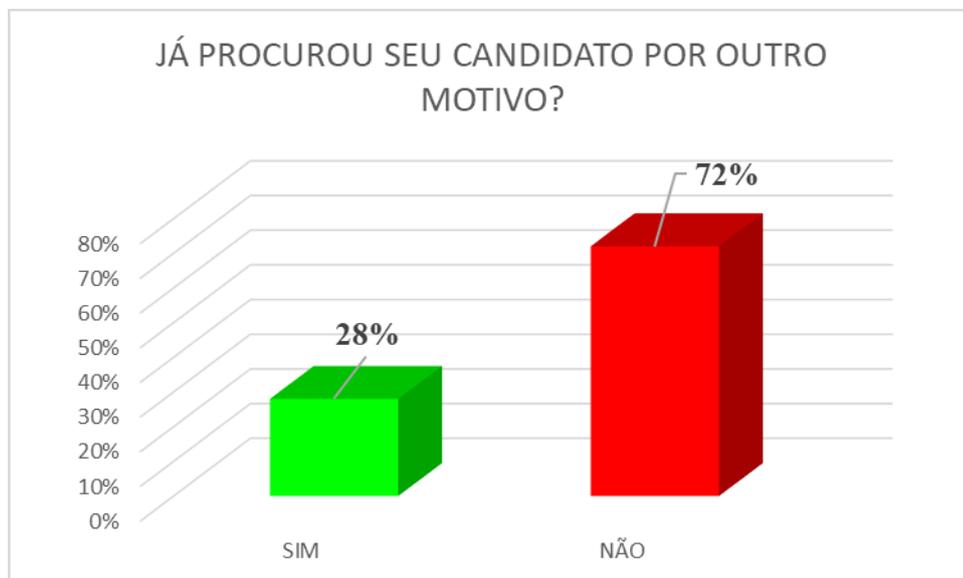
Diante deste, observamos que é comum, em épocas de campanhas eleitorais promessas de empregos, de acesso à serviços de saúde e melhoria da infraestrutura da cidade. Porém, estas atuações já são obrigações dos governantes, propor uma saúde de qualidade, realizar

processos seletivos para preenchimentos de vagas no governo, como também realizar projetos que possam melhorar a estrutura da cidade, resultando em um bem comum para a população.

A principal hipótese testada é que a auto-identificação ideológica e as opiniões políticas dos eleitores que manifestam sentimentos por diferentes partidos são mais diferenciadas entre si no início do que ao final do período mencionado. Esta hipótese deriva de uma hipótese norteadora mais ampla, qual seja, a de que as ideologias políticas têm tido seu peso reduzido na dinâmica do processo político nacional e, portanto, no funcionamento do sistema partidário (CARREIRÃO, 2008, p.320).

Uma outra questão, que podemos inferir, é que a política local tem um dinâmica muito particular, especialmente em cidades de pequeno porte⁸, como é o caso de Serra Branca. Cidades com pequeno contingente populacional e escassez de ofertas e posto de emprego alimentam a performance do clientelismo. Segundo Martins, (1999, p. 29) “De fato, as indicações sugerem que o *clientelismo político* sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma *relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos*” (Grifo do autor).

Gráfico 10 - Já procurou seu candidato por outro motivo?



Fonte: Dados da pesquisa.

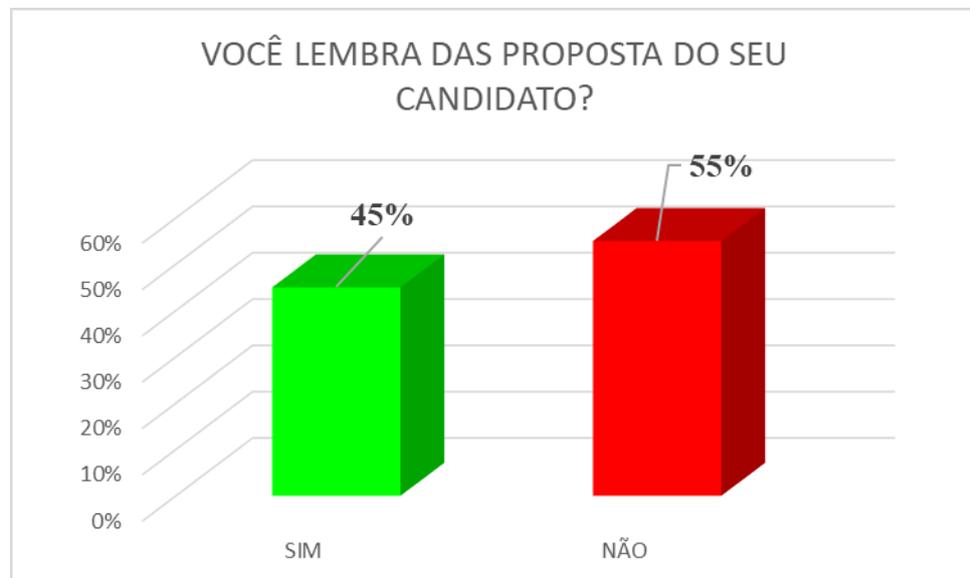
⁸ Segundo Calvo *et al.*, a classificação dos municípios segundo população obedece os seguintes critérios: 1. Pequeno Porte I: municípios com até 25 mil habitantes; 2. Pequeno Porte II: municípios com 25 mil a 50 mil habitantes; 3. Médio Porte: municípios com mais de 50 mil até 100 mil habitantes; 4. Grande Porte: municípios com mais de 100 mil habitantes; Metrópole: municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

Podemos observar no Gráfico 10 que, quando perguntados aos pesquisados, se já procuraram o seu candidato por outro motivo que não fossem para cobrar as promessas de campanha como foi demonstrado no Gráfico 9, o percentual dos dados obtidos foram de 28% para os que responderam sim, e 72% para os que responderam que não.

Aos 28% dos participantes da pesquisa que responderam que já procuraram o candidato por outro motivo que não a cobrança de promessas de campanha foi perguntado qual o motivo da procura ao candidato. As respostas foram as mais diversificadas, indo desde o pedido para pagamento de conta de energia, empregos, agilização do processo de retiradas de documentos, por motivo de saúde, e até motivos pessoais, isto é, favores pessoais.

Logo, observamos que o assistencialismo está arraigado principalmente nos municípios de pequeno porte, onde uma boa parte dos eleitores não se preocupa com o bem comum, mas sim com o próprio interesse. Desta forma o que é possível de ser obtido através de políticas sociais, na maioria das vezes, é adquirida por favores de caráter pessoal que os candidatos prestam à população, boa parte à população mais carente desses pequenos municípios, como o de Serra Branca.

Gráfico 11 - Você lembra das propostas do seu candidato?



Fonte: Dados da pesquisa.

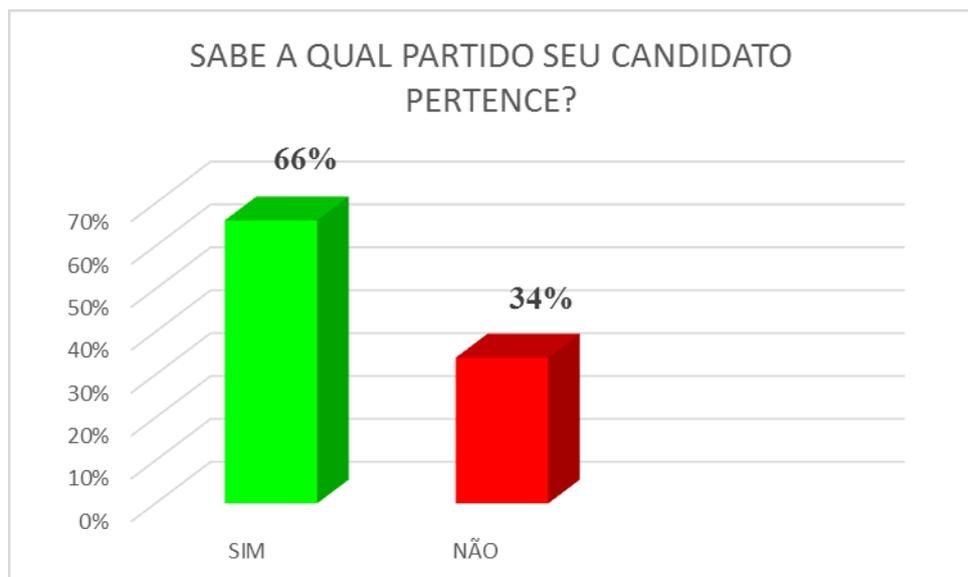
Como indica o Gráfico 11, quando perguntados aos pesquisados acerca das lembranças de propostas de campanha dos candidatos, o percentual de 45% respondeu que sim, lembravam-se e, 55% respondeu que não lembravam.

Diante dos dados, observamos que os políticos possuem algumas crenças acerca das promessas que possibilitam vencerem as eleições, assim como sobre as políticas que os eleitores irão concordar de fato e apreciar, experimentando os seus resultados, como aponta Manin *et al.* (2006).

Por outro lado, os eleitores não se preocupam com as propostas políticas, por estas representarem apenas um impacto pequeno no bem-estar da população. Logo, os políticos se sentem no direito de vender tais propostas, que possuem um impacto menor para a população, porém para determinados grupos específicos consiste em grande importância, como destaca Manin *et al.* (2006).

Deste modo, podemos observar que mais da metade dos eleitores não lembram das propostas dos candidatos. Além disso, quando se fala em eleições para o Poder Legislativo, boa parte do eleitorado não dá muita importância. Podemos destacar que nem mesmo quando se trata das eleições para a ocupação de cargos do Legislativo municipal, os eleitores, mesmo poucos meses depois das eleições, não lembram quais candidatos votaram, como destaca Nicolau (2017).

Gráfico 12 - Sabe a qual partido seu candidato pertence?



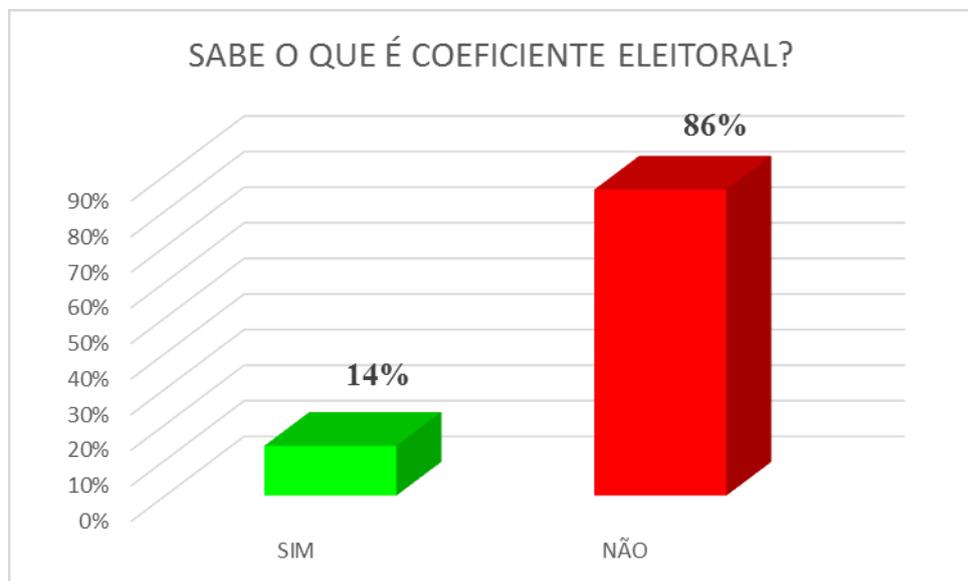
Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo o Gráfico 12, os pesquisados responderam saber ou não a qual partido o candidato pertencia ou pertence, o percentual de 66% respondeu que sim, e 34% respondeu que não. No entanto, é importante ressaltar que o partido, nestas eleições especificamente, é o que menos importa, mas sim, a pessoa que representa o partido.

Em todas as democracias um conjunto de eleitores tem preferência por algum dos partidos. Esse vínculo pode se traduzir em graus diferentes de envolvimento com o partido. Alguns indivíduos são militantes e participam diretamente das atividades partidárias, enquanto outros têm simpatia pela legenda que no máximo se traduz em votar nela. (NICOLAU, 2017, p. 67).

Deste modo, apesar da maioria dos pesquisados ter respondido que sabia a qual partido o candidato pertencia ou pertence, como demonstrado no gráfico 12, a verdade é que o mais importante é a pessoa que este partido representa, e não o partido propriamente dito.

Gráfico 13 - Sabe o que é Coeficiente Eleitoral?



Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 13, com relação ao entendimento dos pesquisados acerca do Coeficiente Eleitoral, obtivemos um percentual de 14% para os que responderam sim, e 86%

para os que responderam não. Desse modo, aponta-se que a grande maioria os pesquisados não possui o entendimento sobre Coeficiente Eleitoral.

Para tanto, os que sabem o significado deste termo, em sua maioria, são pessoas que ou participam de campanhas como militantes ou foram candidatos, como destacou Nicolau (2017). Embora estas informações estejam disponíveis nos endereços eletrônicos da Justiça Eleitoral, constatamos que os eleitores não se mostram interessados o suficiente para buscar estas informações e, conseqüentemente, se inteirarem acerca da política partidária como se deve.

Em termos gerais, na primeira prevalece, desde os anos 1960, a perspectiva de que os eleitores, em sua grande maioria, carecem de informação, conhecimento político e de um sistema de crenças estruturado, por isso, tomam decisões eleitorais incompetentes. Por outro lado, os adeptos da visão economicista ou da escolha racional reconhecem as limitações informacionais dos cidadãos, mas argumentam que o eleitor possui capacidade de reconhecer seus interesses e votar naqueles que melhor defendem seus objetivos e crenças. (CAVALCANTE, 2015, p.88).

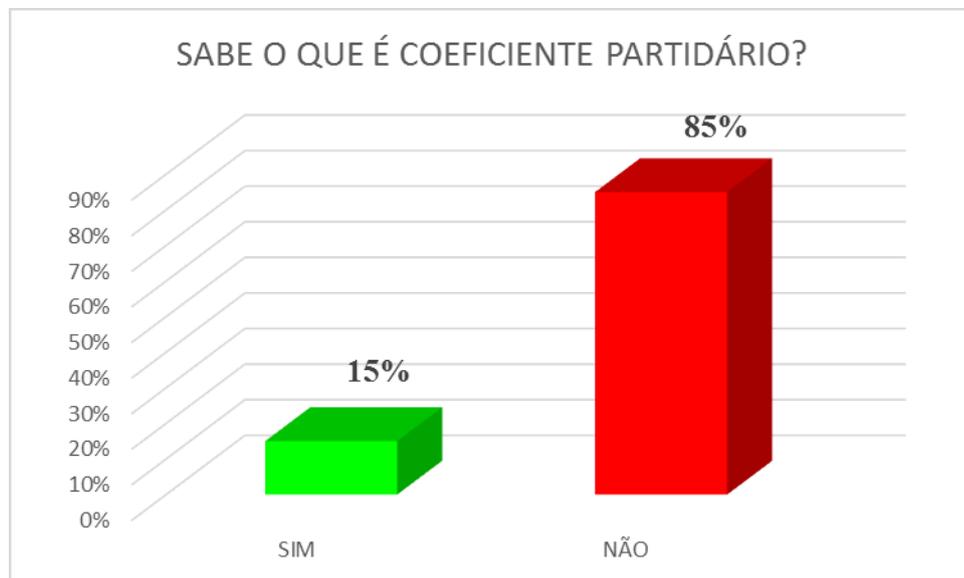
A corrente Psicossociológica é a que parece melhor se adequar a realidade brasileira, especialmente a realidade política de Serra Branca-PB, cenário da pesquisa, já que 86% dos eleitores pesquisados afirmam não saber o que é Coeficiente eleitoral. O mesmo se aplica ao Gráfico 14, a seguir.

Fundamentada nesse debate, parte significativa dos pesquisadores passou a se preocupar com a questão do grau de conhecimento político dos cidadãos. Se, por um lado, saber de política pode ser um fator de poder (DELLI CARPINI; KEETER, 1996), por outro, a desinformação pode distorcer as preferências coletivas (KUKLINSKI et al., 2000) e, conseqüentemente, gerar decisões eleitorais irracionais (BARTELS, 2008; CAPLAN, 2007 apud CAVALCANTE, 2015, p.89)

Um dos fatos mais importantes ocorrido nas últimas eleições para Presidência da República, realizadas em 2018 no Brasil, foi a significativa quantidade de informações veiculadas nas Redes Sociais, muitas vezes compartilhadas sem a verificação da fonte ou mesmo da veracidade da informação, como o exemplo utilizado pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, de que a oposição distribui e iria continuar distribuindo nas escolas públicas material didática que induz, especialmente, as crianças em idade a partir dos 6 anos a se decidirem pela homossexualidade enquanto orientação sexual.

Essa propaganda do então candidato Jair Bolsonaro ficou conhecida como Kit Gay⁹ e embora esse fato nunca tivesse ocorrido, o candidato não sofreu nenhuma punição pela disseminação de Fake News. Juntamente com o Kit Gay foi veiculado nas Redes Sociais pelo próprio Jair Bolsonaro e possíveis membros de sua equipe de governo que a oposição iria distribuir em creches e escolas para crianças em idade pré-escolar um mamadeira cujo bico seria em forma de pênis, incentivando, assim, não só a erotização das crianças, mas a homossexualidade entre as mesmas. Este fato ficou conhecido como “mamadeira de piroca”.

Gráfico 14 - Sabe o que é Coeficiente Partidário?



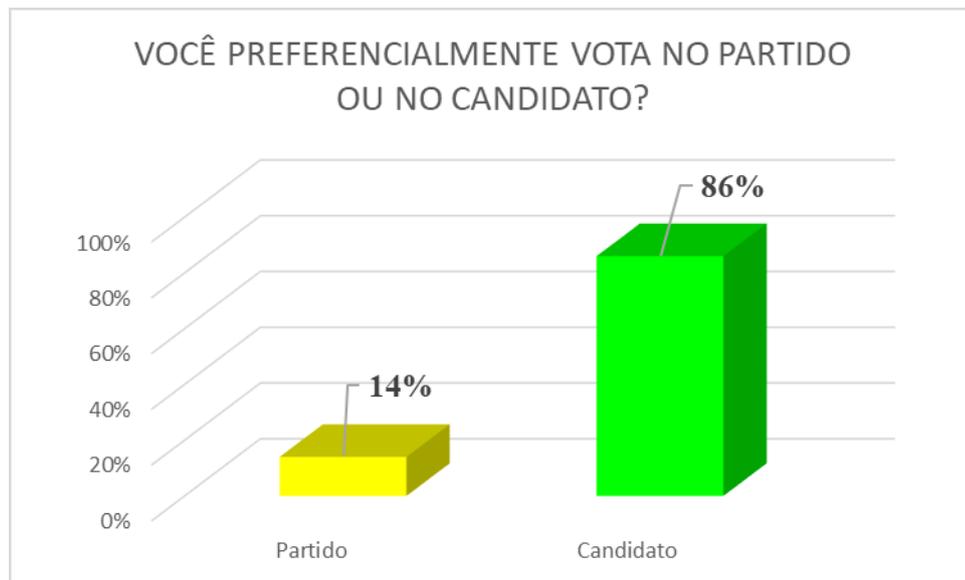
Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 14 demonstra um percentual de 15% para sim com relação ao questionamento aos pesquisados acerca do entendimento do que se refere ao coeficiente partidário e 85% demonstraram não saber. De modo que, o resultado se mostra insatisfatório, pois, a maior parte dos pesquisados demonstraram não deter tal conhecimento, como no gráfico anterior (Gráfico 13), constatando que mesmo os dados estando disponíveis no sistemas dos órgãos eleitorais, há um desinteresse por parte do eleitorado, que reflete ainda na falta de autonomia do eleitorado na hora das reivindicações aos governantes. Ou ainda

⁹ Esta informação foi veiculada pelo próprio Jair Bolsonaro em entrevista realizada pelo telejornal de maior audiência no país, o Jornal Nacional, em 28 de agosto de 2018, pleno período eleitoral. A entrevista na íntegra pode ser acessada no link: < <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>>.

podemos inferir que esta ignorância acerca dos mecanismos utilizados no processo eleitoral decorre da má formação política que o brasileiro recebe.

Gráfico 15 - Você preferencialmente vota no partido ou no candidato?



Fonte: Dados da pesquisa.

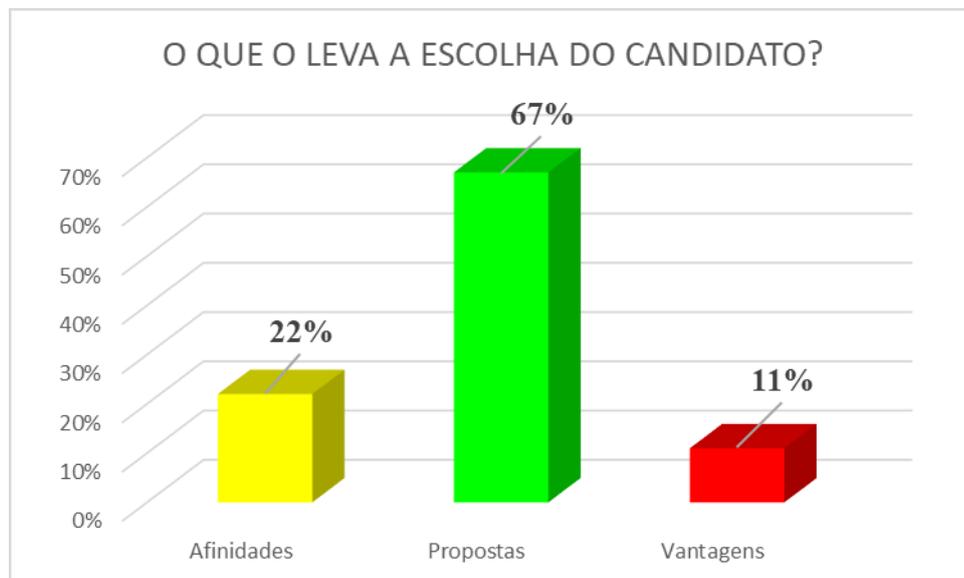
No Gráfico 15, com relação a preferência dos pesquisados na hora do voto, 14% responderam que votam no partido, e 86% que votam no candidato, demonstrando que apesar de ainda existir a fidelidade ao partido por parte do eleitorado, nos dias atuais essa escolha se mostra mais referente a pessoa que representará e não ao partido propriamente dito. Entretanto, segundo Silva (2014), os eleitores votam no partido e não no candidato, pois, antes de votar candidato, o eleitor está votando no partido, então o voto pertence ao partido.

Uma das principais correntes que interpretam o comportamento eleitoral é a psicossociológica, também denominada escola de Michigan. Ela surge como um contraponto à perspectiva sociológica, que defende a existência de vínculo entre a classe social e o voto no partido (LIPSET; ROKKAN, 1967). Os primeiros refutam a hipótese de ideologia como elemento decisivo na determinação do voto da maioria do eleitorado. Para os precursores da escola de Michigan, a identidade partidária seria decorrente do processo de socialização política dos indivíduos, compreendida como uma associação psicológica que as pessoas travam com um partido a partir de suas percepções, valores ou comportamentos (CAMPBELL et al., 1960). Essa identificação não é proveniente somente dos interesses sociais, mas também

de um sentimento afetivo que nem sempre é vinculado a conteúdos programáticos (CAMPBELL et al., 1960 *apud* CAVALCANTE, 2015, p.89).
89

Todavia, o que foi demonstrado nesta pesquisa é que a maioria dos eleitores responderam que votam no candidato, descartando a importância do partido.

Gráfico 16 - O que o leva a escolha do candidato?



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo o Gráfico 16, referente a questão da escolha do candidato por parte do eleitorado, obtivemos um percentual 22% para os que responderam que escolheram seu candidato por via da afinidade, 67% para os que responderam que escolheram por via das propostas, e 11% para os que responderam que escolheram por via das vantagens, ou seja, um benefício particular em troca do voto.

Diante deste dado obtido, observando que diverge com os dados do Gráfico 11, pois comparando os dois gráficos, se a maioria do eleitorado vota pelas propostas, como podem eles não lembrar de tais propostas? Isso reflete na falta de interesses na política partidária em si, ou seja, se enquanto cidadão não houver tais exercícios de interesses e pesquisas, qual será a base de reivindicação quanto aos governantes?

As pessoas tendem a escolher seus representantes por possuírem o propósito de defender os seus interesses e demandas, por outro lado, algumas buscam os interesses particulares. “Nós escolhemos políticas que representam nossos interesses ou candidatos que nos representam como pessoas, mas queremos que os governantes sejam capazes de governar”, (MANIN *ET AL*, 2006, s. p.).

A questão da afinidade se mostra quando o voto se dá por meio da amizade do candidato com o eleitor, ou quando o voto se dá por pedido de um familiar próximo e relações dessa natureza, que por vezes pode enfraquecer a atuação do eleitor na hora da análise do candidato. Fato que ocorre também quando o voto se dá por meio de vantagens, isto é, interesses pessoais, como: pagamento de contas de água ou energia, um pequeno cachê em troca do voto, ou uma ajuda em material de construção para reformas de casas. Pequenos favores que implicam no aumento da corrupção, tanto dos próprios candidatos, quanto dos eleitores que se prestam a tal situação.

O cidadão possui um rol de alternativas, condicionadas pelo contexto que o cerca, sobretudo pelo acesso à escolarização. Compreender o comportamento eleitoral não se restringe somente à análise da ação racional ou não racional do eleitor, mas também aos diferentes contextos socioeconômicos em que os indivíduos vivem. A racionalidade é restringida pelo contexto em que se encontram, especialmente, pelas informações que as elites políticas lhes fornecem (CAVALCANTE, 2015, p. 90).

Diante dos dados obtidos ao longo da pesquisa, uma última questão buscou saber dos eleitores pesquisados o que para eles caracterizava um bom político. Algumas das respostas que mais chamaram atenção foram:

“Que trabalha em benefício da população, atendendo o máximo de demandas possíveis, além de cumprir promessas de campanha”.
(Eleitora 25, 24 anos).

“Não sei, pois quando quer ganhar, todo mundo é bom. Quando ganha não faz nada”. (Eleitor 27, 59 anos).

“Aquele que trabalha com ética e responsabilidade, colocando em prática suas propostas de campanha, procurando melhorias para o município sem fazer distinção da população”. (Eleitora 40, 23 anos).

“Que supre as necessidades da população e preenche as lacunas sociais existentes”. (Eleitor 78, 32 anos).

Portanto, diante destas e das demais respostas, foi observado que para a maioria dos entrevistados, e conseqüentemente do eleitorado, o que caracteriza um bom político é a responsabilidade de cumprir as promessas de campanha em benefício da população, como a exemplo das promessas de empregos, ou ainda, de modo geral, que não faz distinção entre quem trabalha em prol do bem comum.

Existem dois principais mecanismos no qual as eleições podem trazer as políticas públicas que os eleitores desejam – punição e seleção. Políticos eleitos podem ser motivados a escolher políticas que a população deseja, seja porque isso os ajudará a serem reeleitos (punição) ou porque o eleitorado é capaz de selecionar “tipos bons” que são competentes, íntegros e compartilham as metas do eleitorado, independente dos incentivos da reeleição. (FEARON, 1999, p. 82 *apud* CAVALCANTE, 2015, p.89)

No caso brasileiro, a questão é saber se estas propostas, que impulsionam o eleitor na escolha do candidato, resultaram no bem-comum ou apenas expressam preconceitos e conservadorismos presentes na sociedade brasileira, como o fim da demarcação e preservação de terras indígenas, ou a liberação dos mais variados e potentes tipos de agrotóxicos no cultivo de alimentos, ou ainda a diminuição de terras de preservação ambiental para cultivo de monoculturas administradas por grandes empresas, especialmente, internacionais, como proposto na campanha presidencial de Jair Bolsonaro.

(...)é possível confirmar a hipótese de que o eleitor brasileiro premia políticos com bons desempenhos, reelegendo-os, quando se analisam os efeitos da administração orçamentário-financeira. Da mesma forma, os resultados sugerem que o cidadão vota de forma competente e, conseqüentemente, oferece incentivos positivos para que os políticos tomem decisões em termos de políticas públicas voltadas para a boa gestão. (CAVALCANTE, 2015, p. 98).

Considerando que o eleitorado brasileiro carece de informação, sobretudo informação fidedigna, com relação aos candidatos e ao processo eleitoral fica evidenciado a necessidade de ampliação da pesquisa em outra pesquisa do tipo explicativa, que busque uma maior compreensão do fenômeno estudado, especialmente avaliando o que é uma boa política pública, haja vista que a proposta de emprego de forma personalística, como tem sido realizada comumente no Brasil, especificamente nos municípios de pequeno porte, influi decisivamente na escolha do candidato.

Neste caso não é analisada a proposta de emprego para a população em geral, mas sim, a promessa de emprego para o eleitor que votar no candidato que faz a promessa. Assim, promessa e proposta se confundem, bem como se confundem ideologias e preferências políticas. Mas isto é outro debate quiçá poderá ser realizado em estudos de pós-graduação realizados por mim no futuro, conforme meu desejo.

Nestes estudos há que se privilegiar uma abordagem que permita o aprofundamento das ideias dos eleitores a respeito do processo eleitoral e da sua participação política no mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados obtidos nesta pesquisa foi possível constatar a falta de conhecimento político dos entrevistados, bem como a pouca ou nenhuma preocupação destes com a política em si ou mesmo uma associação da política como sinônimo de política partidária, restringindo o conceito de política. Os dados apontam, deste modo, que a preocupação dos eleitores em questão está ligada ao partidarismo de quatro em quatro anos.

Por outro lado, os eleitores estão atrelados ao assistencialismo, algo que deveria ter sido superado, mas permeia os dias atuais, de modo que estes entendem suas conquistas de cidadania como favores que deverão ser pagos com os votos dos que os favoreceram.

Um elemento encontrado nesta pesquisa evidencia que estes não sabem a definição de alguns termos ligados a política partidária, mas sabem identificá-las, a exemplo de temas básicos como o papel do vereador, ou o que é coeficiente eleitoral e ou, ainda, coeficiente partidário, elementos básicos para o entendimento do processo eleitoral. Os eleitores que sabem o significado destes elementos fazem parte das militâncias partidárias ou já foram candidatos, como apontou Nicolau (2017). Logo, implica que estes não possuam um conhecimento mínimo acerca da política partidária, embora esta informação esteja disponível, não só para eleitores, como também os demais cidadãos.

Para se fazer entender os dados obtidos através da pesquisa, utilizei de teóricos como: Manin *et al.* (2006), onde ele fala que os políticos irão propor e lutar por interesses que sejam diferentes daquele que foi proposto nas campanhas. Ou seja, irão defender interesses próprios, ou interesses que dos que financiaram suas campanhas e estando mais preocupados com a reeleição do que a população, deixando de lado, o bem comum. Uma teoria que se aproxima com de Nicolau (2017), quando ele questiona quem os políticos representam afinal? São os interesses do bem comum, ou interesses particulares, ou de um determinado grupo.

Sendo assim, mostra que ocorre uma crise de representatividade política em Serra Branca, tanto na gestão do Executivo, quanto no Legislativo, pois evidencia-se a falta de conhecimento político por parte dos eleitores munícipes, ora, muito pouco os políticos estão preocupados com o bem comum da população, na verdade se mostram mais preocupados com o seu próprio bem estar, e aos dos grupos que o apoiaram nas eleições das quais este saíram vitoriosos.

Logo, a maioria dos eleitores entrevistados dizem saber o papel do vereador, porém, não os procuram para cobrar as promessas de campanhas. Estas promessas foram os motivos para que boa parte do eleitorado tenha votado nos candidatos.

Outro ponto a que fazemos ressalva é que o papel da mulher no legislativo municipal mostra-se preocupante, pois das dezesseis candidatas a eleição para o cargo de vereadora, apenas uma foi eleita, isto é, apesar da cota de 30% de candidaturas femininas para cargos políticos. Com isso se evidencia que estas cotas de participações servem apenas para que as legendas se mostrem de acordo com a legislação eleitoral, como a exemplo de alguns países da como Argentina e Costa Rica, onde a paridade acerca da participação feminina é evidente, como aponta Nicolau (2012).

Contudo, afirmamos, por via dos dados, que há a uma crise de representatividade política no município de Serra Branca, e que os eleitores não se sentem representados, ao mesmo tempo que não se sentem à vontade para cobrar tais políticos, pois em primeiro lugar a maioria dos entrevistados alegou a falta de autonomia por parte do gestor, de modo que possibilita à terceiros tomarem decisões que caberiam unicamente ao mesmo.

Segundo, estes mesmo eleitores apontaram negligência por parte deste governo, pois tanto tem o assistencialismo a determinados grupos e outros não, quanto o esquecimento a demanda das população periférica do município. Em outras palavras, no geral, não há uma igualdade no cumprimento destas.

Um terceiro ponto negativo por parte destes representantes foi descumprimento da proposta principal, isto é, as “promessas de empregos” proferidas durante a campanha pelo próprio gestor que outrora era candidato, e no exercício de seu papel não as executou.

E por último, mas não tão menos importante a corrupção por parte do governo, que engloba tanto os pontos destacados anteriormente, quanto o favorecimento de pessoas do grupo familiar nos cargos públicos.

Portanto, este estudo se faz importante na Sociologia e no ensino dela, pela abordagem de temas relacionados a política partidária, despertando, assim, o interesse da população à participar da política e cobrar dos governantes. E importante também, para a Sociologia e Ciência Política, por se mostrar fundamental a atuação destas ciências dentro do campo político partidário, contribuindo ainda para esclarecer o que de fato ocorre nesta política, aos muitos cidadãos, que possuem uma aversão da política, principalmente nas cidades do interior dos estados.

Nas cidades do interior do cariri paraibano, especificamente, observa-se de forma mais evidente a política partidária assistencialista, e sendo assim, este estudo contribui para que um quadro situacional seja visualizado pelos cidadãos, afim de que os mesmos possam renovar a velha política, de modo que haja uma melhor atenção por parte do eleitorado ao escolherem seus representantes.

Ainda no tocante ao Ensino de Sociologia, esta pesquisa visa ilustrar, com dados locais, as teorias estudadas pelos alunos do Ensino Médio da região do Cariri Paraibano, mostrando que a realidade mostrada nos livros integra seu cotidiano, e portanto, está sujeita a sua ação.

Desta forma, este estudo pretende contribuir para o enriquecimento dos cidadãos, quanto as abordagens políticas que permeiam em nosso cotidiano, além da importância do que é a política e como tratá-la de forma que possamos compreender o dever e direitos como eleitores.

REFERÊNCIAS

CALVO, Maria Cristina Marino *et al.* “Estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde”. *In: Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 25(4):767-776, out-dez 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA BRANCA. **Vereadores**. Disponível em: <<http://camaradeserrabranca.pb.gov.br/vereadores>>. Acesso em: 17/01/2020.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Opiniões Políticas e Sentimentos Partidários dos Eleitores Brasileiros”. *In: Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.319-351.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal / Manuel Castells ; tradução Joana Angélica d’Avila Melo. – 1.ed. – Rio de Janeiro : Zahar, 2018.

CAVALCANTE, Pedro. “Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. *In: Revista OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 21, nº 1, abril, 2015, p. 87-104

EDUCA, IBGE. **Conheça o Brasil – População Cor ou raça**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 17/01/2020.

EDUCA, IBGE. **POPULAÇÃO RURAL E URBANA**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 17/01/2020.

ELEIÇÕES 2012. **Apuração. Disponível em:** <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/apuracao/serra-branca.html>>. Acesso em: 17/01/2020.

ELEIÇÕES 2016, **Resultado da apuração. Disponível em:** <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/eleicoes/2016/apuracao/serra-branca.html>>. Acesso em 17/01/2020.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. LIMONGI, Fernando. “Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária”. *In: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol.45, n. 2, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Serra Branca. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/serra-branca/panorama>. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE CIDADES. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 17/01/2020.

LAPORTA, Taís. **Renda domiciliar per capita no Brasil foi de R\$ 1.373 em 2018, mostra IBGE**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/27/renda-domiciliar-per-capita-no-brasil-foi-de-r-1373-em-2018-mostra-ibge.ghtml>>. Acesso em 17/01/2020.

MANIN, Bernard. *Et al.* “Eleições e representações”. Lua Nova, São Paulo, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, Marcos F. Uma ‘catarsis’ no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania com valor ético-político. *In: Revista de ética*, v. 2, n. 2, p. 106-118, 2000.

Disponível em:

http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35817634/art_conceito_de_cidadania.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1484583367&Signature=qMrvblqb9UlwZnlaRd2law8sfMA%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DTexto_publicado_MARTINS_NO_CONCEITO_DE_C.pdf Acesso em 14 de julho de 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Sorteios e representação democrática Lua Nova, núm. 50, 2000, pp. 69-96 Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, Brasil.

MOISÉS, José Alvaro. “Eleições, Participação e Cultura Política: Mudanças e Continuidade”. *In: Revista Lua Nova*, n. 22, São Paulo, Dez. de 1990.

MUNIZ, Carmen. Valeria. Soares. Estudo Sumário da Origem e Evolução dos Partidos Políticos Brasileiros. *In: R. C.POL*, Rio de Janeiro, 31(4):45-59, out./dez. 1988.

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas eleitorais. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

NICOLAU, Jairo Marconi, **Representantes de quem?: os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIO. IBGE, 2015. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

REDAÇÃO RBA. **Brasil tem 147 milhões de eleitores: mais mulheres e menos jovens.** Disponível em < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/08/brasil-tem-147-milhoes-de-eleitores-mulheres-sao-maioria/>>. Acesso em: 17/01/2020.

SCHIMMELFENNIG, Frank. “Rastreamento eficiente de processos: Analisando os Mecanismos Causais da Integração Europeia”. In: ETH Zurich. Version 3, July 2013.

SILVA, Matheus Passos. **Aprendendo a votar: noções básicas sobre o funcionamento das eleições no Brasil.** Brasília: Vestnik, 2014. [e-book]

SPECK, Bruno Wilhelm. “INFLUENCIAR AS ELEIÇÕES OU GARANTIR ACESSO AOS ELEITOS? O dilema das empresas que financiam campanhas eleitorais”. In: Dossiê Corrupção. **Revista Novos Estudos.** Vol, 104 março 2016

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Resultado das Eleições 2016 na Paraíba.** Disponível em: < http://apps.tre-pb.jus.br/she/pages/consulta/resultado_cargo_geral_localidade.jsf>. Acesso em: 17/01/2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>>. Acesso em: 17/01/2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Doações de pessoas jurídicas estão proibidas nas Eleições 2016.** Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Agosto/doacoes-de-pessoas-juridicas-estao-proibidas-nas-eleicoes-2016>>. Acesso em 17/01/2020.

VIANA, João Paulo. “Sobre a Crise de Representação”. In: O Estado de São Paulo. 10 de novembro de 2015. Disponível em<<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/sobre-a-crie-da-representacao-politica/>> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

WELFFORT, Francisco C. (Org.) **Os clássicos da política.** 14.ed. São Paulo: Ática, 2006a. Vol. 1.

WELFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política.** 14.ed. São Paulo: Ática, 2006a. Vol. 2.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr.(a)

Eu, Kaique Costa dos Santos, como aluno do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus- Sumé-Pb, pretendo desenvolver uma pesquisa com uma amostra de eleitores do de Serra Branca-Pb, intitulado **QUEM OS PARTIDOS REPRESENTAM: representação e representatividade política em Serra Branca**, com o objetivo geral de investigar a forma de representação partidária no município de Serra Branca, sob orientação da Profª Dra. Sheylla de Kassia S. Galvão (pesquisadora responsável). A coleta de dados se realizará através de aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas.

O motivo que nos leva a estudar o assunto decorre da relevância de elaborar estudos acerca da representação partidária, além disso, sobre a crise de representatividade por parte dos partidos políticos.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e não acarretará qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo:

Atenciosamente,

Sheylla de Kassia S. Galvão

Consentimento do voluntário.

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

Sumé, __/__/_____

Assinatura do Participante

Endereço da pesquisadora responsável (trabalho): Sheylla de Kassia S. Galvão
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFCA Rua Luiz Grande, S/N
- Sumé-PB - CEP 58540-000 - Telefone: (83) 3353.1850

e-mail: skgalvao@gmail.com

Endereço do pesquisador responsável (trabalho): Kaique Costa da Silva

Telefone para contato: (83) 9 9912-5758

e-mail: ksulpino@gmail.com

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (Questionário)

Questionário

1- Sexo: F M Outro:

2- Cor: Branca Negra Parda

3- Idade:

4- Residente: Zona Rural Zona Urbana

5- Escolaridade: Não frequentou Ens. Fundamental Menor Ens. Fundamental Maior
 Ens. Médio Incompleto Ens. Médio Completo Ens. Superior

6- Renda:

7- Você votou na última eleição? Sim Não

Se não, por que?

8- Seu candidato ou candidata foi eleito ou eleita? Sim Não

9- Você se sente representado pela atual gestão? Sim Não

Por que?

10- Sabe qual o papel de um vereador? Sim Não

11- Já o procurou alguma vez para cobrar promessas de campanha? Sim Não

12- Já o procurou alguma vez por algum motivo? Sim Não

Por qual motivo?

13- Lembra quais foram as propostas dele? Sim Não

14- Sabe qual partido ele ou ela pertence? Sim Não

15- Sabe o que é coeficiente eleitoral? Sim Não

16- Sabe o que é coeficiente partidário? Sim Não

17- Preferencialmente, você vota no: Partido Candidato

18- Das opções a seguir, o que o te levou a escolha do candidato?

Afinidade Propostas Vantagens

19- Na sua opinião, o que caracteriza um bom político?